

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

FRANCIÉLI NORMA DA SILVA SILVEIRA

**OPERACIONALIZAÇÃO DE MÉTODOS DE MENSURAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS
EM UMA EMPRESA DO SETOR ELÉTRICO**

FLORIANÓPOLIS – SC

2008

FRANCIÉLI NORMA DA SILVA SILVEIRA

**OPERACIONALIZAÇÃO DE MÉTODOS DE MENSURAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS
EM UMA EMPRESA DO SETOR ELÉTRICO**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos requisitos para a obtenção de grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Sandra Rolim Ensslin, Dra.

FLORIANÓPOLIS-SC

2008

FRANCIÉLI NORMA DA SILVA SILVEIRA

**OPERACIONALIZAÇÃO DE MÉTODOS DE MENSURAÇÃO DE ATIVOS
INTANGÍVEIS EM UMA EMPRESA DO SETOR ELÉTRICO**

Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de _____, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo relacionados.

Florianópolis, ____ de novembro de 2008.

Prof^a. Valdirene Gasparetto, Dra.
Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professores que compuseram a banca:

Prof^a. Orientadora Sandra Rolim Ensslin, Dra.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof. Darci Schnorrenberger, Dr.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Donizete Reina – Bacharel em Ciências Contábeis
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da UFSC

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me ajudado a retomar meu caminho nas tantas vezes que duvidei ser capaz de chegar até aqui, e por sempre me encher de esperanças em cada amanhecer.

Agradeço aos meus pais, Lauri e Norma, por me proporcionarem a vida, por me ensinarem os primeiros passos e por me orientarem nos primeiros anos escolares.

À minha irmã Josiane, a quem não consigo expressar em palavras tudo o que representa para mim e a quem só tenho a agradecer por ter sido decisiva na escolha do meu curso e nos caminhos pelos quais trilhei em minha vida.

Agradeço especialmente ao meu esposo, Thiago, por todo o apoio, amor, incentivo, e principalmente pela paciência e compreensão nos dias em que estive ausente de sua vida, estudando, deixando de ir a festas ou encontros familiares para me dedicar aos estudos, e que, mesmo nesses dias, mostrou seu companheirismo, seu amor dedicado a mim, não me permitindo o desânimo e fazendo-me crer que no fim iria vencer. Por tudo isso, muito obrigada.

Agradeço também minha orientadora, professora Sandra, por compartilhar seus conhecimentos e por ter paciência com minhas dificuldades e anseios durante a elaboração deste estudo.

Estendo meu agradecimento ainda ao meu professor Darci, por ter me ajudado durante todo este trabalho, colaborando com informações, material e com amizade.

Àqueles amigos de classe que dedicaram horas de suas vidas, me ensinando, colaborando de alguma forma para o meu processo de formação, em especial ao meu amigo Ivan que tantas vezes compartilhou angústias e aflições, mas que com sua atenção me ajudou a enfrentar dias difíceis e superar muitos obstáculos; à minha amiga Estefania que esteve comigo até o momento da entrega deste trabalho e ao meu amigo Diego que me acompanha desde o ensino médio.

Agradeço à empresa do setor elétrico, que por intermédio do seu gestor, disponibilizou informações indispensáveis para realização deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos os professores, familiares e amigos que fizeram parte desta conquista. Obrigada!

“Embora ninguém possa voltar atrás e
fazer um novo começo, qualquer um
pode começar agora e fazer um novo
fim...”

Chico Xavier

RESUMO

SILVEIRA, Franciéli Norma da Silva. **Operacionalização dos métodos de mensuração de ativos intangíveis em uma empresa do setor elétrico.** 2008. 60 folhas. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Considerando que o patrimônio das organizações é representado, em grande parte, pelos recursos intangíveis e que a literatura pouco tem explorado a questão da mensuração/avaliação dos Intangíveis, este estudo objetiva contribuir para minimizar essa lacuna ao operacionalizar os métodos de mensuração de Ativos Intangíveis (AIs), abordados por Santos *et al.* (2007) e Schmidt *et al.* (2008), em uma empresa do setor elétrico. Assim, esta pesquisa de caráter exploratório faz uso de dados primários e secundários de uma empresa do setor elétrico e demonstra a operacionalização do: 1) Método de Lawrence R. Dicksee, 2) Método de New York, 3) Método de Hatfield, 4) Método do Valor Atual dos Superlucros, 5) Método de Custo de Reposição ou Custo Corrente, 6) Método do Valor Econômico, 7) Método do Valor de Realização e 8) Método do Excesso Econômico sobre o Valor Corrente da Mensuração dos Ativos Intangíveis. Os resultados alcançados permitem constatar que: (i) dentre as vantagens da operacionalização dos métodos destaca-se que a mensuração diminui a distorção entre o valor de mercado e o valor patrimonial de uma empresa e auxilia na tomada de decisões quanto à venda da instituição ou de parte do ativo; como desvantagem, tem-se o fato de que os métodos podem não evidenciar a realidade empresarial, distorcendo informações, gerando falsa expectativa e tendenciando fatos no mercado empresarial; (ii) os métodos não apresentaram convergência dos resultados uma vez que os valores dos AIs identificados foram substancialmente diferentes – com o emprego do *Método do Excesso Sobre o Valor Corrente* obteve-se o menor valor, aproximadamente, R\$4 bilhões negativos, e, em contrapartida, com o *Método do Custo de Reposição* obteve-se R\$ 1,5 bilhões; (iii) a principal dificuldade de operacionalização dos métodos é a falta de conhecimento sobre o significado das variáveis que compõem as fórmulas, não só por parte da autora desta pesquisa, mas pelos profissionais contábeis da empresa; e (iv) a produção científica nacional apresenta outros métodos/fórmulas, sem operacionalizá-las de forma detalhada como desenvolvido na presente pesquisa.

Palavras-chave: Ativos Intangíveis. Métodos de Mensuração. Operacionalização. Empresa do Setor Elétrico.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: DADOS DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS MÉTODOS	19
TABELA 2: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO GOODWILL.....	23
TABELA 3: DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS.....	41
TABELA 4: DADOS DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS MÉTODOS	44
TABELA 5: RESULTADOS DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS MÉTODOS	50

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: ARTIGOS SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS, GOODWILL, PUBLICADOS NO PERÍODO ANALISADO.	17
QUADRO 2: FÓRMULAS PARA CÁLCULO DO GOODWILL/ ATIVO INTANGÍVEL, CONFORME PUBLICAÇÃO BRASILEIRA.....	31
QUADRO 3: MÉTODO DE LAWRENCE R. DICKSEE	35
QUADRO 4: MÉTODO DE NEW YORK.....	36
QUADRO 5: MÉTODO DE HATFIELD.....	36
QUADRO 6: MÉTODO DO VALOR ATUAL DOS SUPERLUCROS.....	37
QUADRO 7: MÉTODO DE CUSTO DE REPOSIÇÃO OU CUSTO CORRENTE	38
QUADRO 8: MÉTODO DO VALOR ECONÔMICO.....	39
QUADRO 9: MÉTODO DO VALOR DE REALIZAÇÃO	40
QUADRO 10: MÉTODO DO EXCESSO ECONÔMICO SOBRE O VALOR CORRENTE	40
QUADRO 11: CÁLCULO DO MÉTODO DE LAWRENCE R. DICKSEE	46
QUADRO 12: CÁLCULO DO MÉTODO DE NEW YORK.....	47
QUADRO 13: CÁLCULO DO MÉTODO DE HATFIELD	47
QUADRO 14 – CÁLCULO DO MÉTODO DO VALOR ATUAL DOS SUPERLUCROS.....	48
QUADRO 15 - CÁLCULO DO MÉTODO DE CUSTO DE REPOSIÇÃO OU CUSTO CORRENTE	48
QUADRO 16 – CÁLCULO DO MÉTODO DO VALOR ECONÔMICO	49
QUADRO 17: CÁLCULO DO MÉTODO DO VALOR DE REALIZAÇÃO	49
QUADRO 18: CÁLCULO DO MÉTODO DO EXCESSO ECONÔMICO SOBRE O VALOR CORRENTE	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Ativo Intangível

AIs – Ativos Intangíveis

AT – Ativo Tangível

ATs – Ativos Tangíveis

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

ANPCONT – Anais do Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

BOVESPA – Bolsa de Valores do Estado de São Paulo

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBC – Congresso Brasileiro de Contabilidade

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

EnANPAD – Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial

NPC – Normas e Procedimentos de Contábeis

P & D – Pesquisa e Desenvolvimento

PL – Patrimônio Líquido

RAM – Revista de Administração Mackenzie

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	7
LISTA DE QUADROS.....	8
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	9
SUMÁRIO.....	10
1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TEMA E PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	14
1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	15
1.4 METODOLOGIA DO ESTUDO	15
1.4.1 Enquadramento metodológico.....	16
1.4.2 Procedimentos para busca das pesquisas publicadas no contexto nacional que abordam os métodos de mensuração dos AIs.....	16
1.4.3 Procedimentos Para Análise e Discussão das Abordagens.....	18
1.5 LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	19
1.6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO.....	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 ESTABELECENDO AS VERTENTES: FINANCEIRA E GERENCIAL	21
2.2 RESGATE HISTÓRICO DO GOODWILL	23
2.2.1 Conceitos de Goodwill.....	24
2.3 CONCEITOS DE ATIVOS INTANGÍVEIS.....	26
2.4 EVOLUÇÃO DO RECONHECIMENTO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS.....	27
2.5 PESQUISAS ANTERIORES SOBRE OS MÉTODOS DE MENSURAÇÃO DOS AIs	30
2.6 APRESENTAÇÃO DOS MÉTODOS DE MENSURAÇÃO DO <i>GOODWILL</i>	34
2.6.1 Método de Lawrence R. Dicksee	34
2.6.2 Método de New York	35
2.6.3 Método de Hatfield.....	36
2.6.4 Método do Valor Atual dos Superlucros	37
2.6.5 Método de Custo de Reposição ou Custo Corrente.....	38
2.6.6 Método do Valor Econômico.....	39
2.6.7 Método do Valor de Realização	39
2.6.8 Método do Excesso Econômico sobre o Valor Corrente.....	40
3 APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS	44
3.1 <i>GOODWILL</i> ENCONTRADO COM BASE NO MÉTODO DE LAWRENCE R. DICKSEE	46
3.2 <i>GOODWILL</i> ENCONTRADO COM BASE NO MÉTODO DE NEW YORK.....	47
3.3 <i>GOODWILL</i> ENCONTRADO COM BASE NO MÉTODO DE HATFIELD	47
3.4 <i>GOODWILL</i> ENCONTRADO COM BASE NO MÉTODO DO VALOR ATUAL DOS SUPERLUCROS	47
3.5 <i>GOODWILL</i> ENCONTRADO COM BASE NO MÉTODO DE CUSTO DE REPOSIÇÃO OU CUSTO CORRENTE	48
3.6 <i>GOODWILL</i> ENCONTRADO COM BASE NO MÉTODO DO VALOR ECONÔMICO.....	49
3.7 <i>GOODWILL</i> ENCONTRADO COM BASE NO MÉTODO DO VALOR DE REALIZAÇÃO	49

3.8 <i>GOODWILL</i> ENCONTRADO COM BASE NO MÉTODO DO EXCESSO ECONÔMICO SOBRE O VALOR CORRENTE	49
3.9 RESUMO DOS RESULTADOS ENCONTRADOS COM OS MÉTODOS	50
3.10 OPINIÃO DA AUTORA EM RELAÇÃO AOS MÉTODOS	51
4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	54
REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

O momento denominado a *Era do Conhecimento* ou a *Era da Informação* evidencia a preocupação de gestores, pesquisadores da área, profissionais contábeis e órgãos reguladores em estabelecer parâmetros para a evidenciação dos recursos intangíveis. Autores como Stewart (1998) e Santos *et al.* (2007) e Sá (2008) relatam sobre esse momento.

No Brasil, essa preocupação recebeu maior atenção em 2005 por meio da Deliberação CVM n. 488/05 que aprovou o Pronunciamento do IBRACON NPC n. 27 “Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações” que incluiu no Ativo Permanente o subgrupo Ativo Intangível (AI). Essa preocupação foi ratificada no final de 2007 com a Lei n. 11.638/07 que apresentou algumas alterações no conteúdo anterior, particularmente no que diz respeito a: quais recursos poderiam ser contabilizados no subgrupo Ativo Intangível; a inclusão, nesse subgrupo, do ágio referente à expectativa de rentabilidade futura quando da aquisição de participações permanentes em outras sociedades (investimento); e teste de recuperação dos valores registrado nesse subgrupo. Observe-se que a Lei n. 11.638/07 é uma tentativa de harmonizar as normas brasileiras às normas internacionais de Contabilidade (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBCKE, 2008; BRAGA, ALMEIDA, 2008), já que há dificuldades em se estabelecer um conceito do assunto, o que engloba esse tipo de ativo e, principalmente, como fazer para mensurar algo que é imaterial, não palpável.

Antunes e Martins (Boletim IOB, f. 9, pág. 2) expõem que os Intangíveis não são identificados na Contabilidade tradicional por serem de complexa mensuração, mas “que contribuem para a atividade empresarial”. Referente a essa contribuição dos Intangíveis nos resultados de uma organização, Sá (2008, p. 15) argumenta que “[há] sempre uma ‘discrepância’ constável entre o que se informa ter e o que na realidade um empreendimento tem”.

Como principal dificuldade nas empresas, Stewart (1998) aponta a contabilização dos AIs, tendo em vista a falta de regulamentação dos Intangíveis. Antunes e Martins (Boletim IOB, f. 9, p 5), enfatizam que

Ressalta-se, entretanto, que apesar dos impedimentos devidos às normas contábeis para o registro de tais elementos nas demonstrações contábeis, a gestão destes torna-se de suma importância para as empresas na atualidade, e, dessa forma, a Contabilidade Gerencial (ou Estratégica) deve desenvolver meios para a identificação e gestão dos referidos elementos, cujos investimentos tendem a explicar os resultados financeiros no futuro.

Porém, com a Lei n. 11.638/07, alterando a Lei das Sociedades Anônimas (n. 6.404/76), dividindo o grupo Ativo Permanente em Investimentos, Imobilizado, Intangível e Diferido, nota-se que se está caminhando para tal regulamentação, e, assim, para a evidenciação desses recursos nas demonstrações contábeis. Isso é um fato importante considerando que os Intangíveis são a maior fonte de vantagem competitiva, apontada por Stewart (1998).

Esta pesquisa assemelha-se a outros trabalhos existentes, como, por exemplo, o artigo Discussão, Mensuração e Avaliação do *Goodwill: da Questão Teórica à Prática Empresarial*, de Negra *et al.* (2004), mas o que os diferencia são os dados usados. Enquanto Negra *et al.* (2004) usam dados fictícios, o presente estudo faz uso de dados reais de uma empresa do setor elétrico (não será revelado o nome por solicitação dos gestores desta). Existem ainda outros trabalhos sobre mensuração dos Ativos Intangíveis, mas poucos visam comparar as vantagens e desvantagens de operacionalizar os métodos.

O desafio é agregar valor às empresas por meio da contabilização dos Ativos Intangíveis, tarefa esta ainda difícil de ser alcançada, pois não existe um caminho único, que abranja todos os fatores envolvidos, minimizando desvantagens e valorizando aspectos satisfatórios na mensuração.

1.1 TEMA E PROBLEMA

A competição entre as empresas e a necessidade de diferenciação entre as concorrentes levam o gestor a cada vez mais se aperfeiçoar no mercado global. É preciso demonstrar vantagens competitivas na disputa por clientes, e os Ativos Intangíveis podem ser essa fonte. De acordo com Stewart (1998), os AIs podem fazer a diferença entre uma empresa mais ou menos competitiva.

Entretanto, as empresas se deparam com a dificuldade de reconhecimento desses recursos, de identificar os Ativos Intangíveis, tornando a mensuração algo distante no âmbito empresarial, resultando em perda de valor à empresa. Iudícibus e Marion (1999) referem-se à subjetividade dos Intangíveis pela ausência de uma forma clara de mensurá-los.

Apesar de existirem diferentes abordagens para mensuração dos Ativos Intangíveis, não se tem conhecimento de qual caminho é o correto, ou qual a abordagem

que apresenta menos desvantagens na aplicação ou ainda qual reúne as maiores vantagens. Como Sá (2008, p. 120) afirma: “[em] contabilidade, mesmo diante dos trabalhos específicos, não se atingiu ainda um estado ideal que permitisse uma harmonização doutrinária e técnica sobre a determinação das materialidades”.

Tendo em vista o mencionado anteriormente e admitindo a dificuldade de expressar os Intangíveis monetariamente na Contabilidade Financeira, este trabalho tem como problema de pesquisa: *Quais as vantagens e desvantagens da operacionalização dos métodos de mensuração de ativos intangíveis apresentados por Santos et al. (2007) e Schmidt et al. (2008)?*

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral deste trabalho é operacionalizar os métodos de mensuração dos Ativos Intangíveis abordados por Santos *et al.* (2007) e Schmidt *et al.* (2008) em uma empresa do setor elétrico.

Para obter êxito no objetivo traçado, são necessários os objetivos específicos relacionados a seguir:

- Apresentar vantagens e desvantagens da operacionalização dos métodos de mensuração dos AIs, quais sejam: Método de Lawrence R. Dicksee, Método de New York, Método de Hatfield, Método do Valor Atual dos Superlucros, Método de Custo de Reposição ou Custo Corrente, Método do Valor Econômico, Método do Valor de Realização e Método do Excesso Econômico sobre o Valor Corrente Mensuração dos Ativos Intangíveis.
- Expor as convergências, ou divergências, dos resultados encontrados por cada método.
- Apresentar as dificuldades encontradas na operacionalização dos métodos usados.
- Verificar em pesquisas anteriores, no contexto nacional, os métodos de mensuração dos Ativos Intangíveis apresentados e/ou utilizados pelos pesquisadores.

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A escolha pelo estudo deve-se em parte à atualidade do tema. A Lei n. 11.638/07 em vigor já em 01/01/2008 trouxe uma nova divisão no Balanço Patrimonial, no Ativo Permanente, que agora na sua subdivisão tem o *Intangível*.

Os Ativos Intangíveis estão em debate no mundo capitalista também por serem fonte de vantagem competitiva e, como afirmado por Schmidt e Santos (2002), por serem responsáveis por diferenças substanciais entre o valor contábil e o valor de mercado de uma dada organização. Nesse contexto, torna-se interessante investigar os modelos/fórmulas disponíveis na literatura para o cálculo monetário dos Intangíveis/*goodwill* a fim de demonstrar a operacionalização dos métodos e, a partir dessa operacionalização, discutir suas vantagens e desvantagens, uma vez que, em termos de produção científica, há poucas pesquisas explorando essa questão.

Outra razão pela escolha é a falta de padronização de conceitos e de material publicados na área dos Intangíveis, pretendendo assim esta pesquisa colaborar na exposição de conceitos abrangentes sobre o assunto escolhido.

Ainda deve-se considerar a importância do estudo pelo que representa nas empresas, dado que o Intangível agrega valor às organizações. E, no mundo acadêmico, a pesquisa tem relevância devido a pouca exploração do tema, compartilhando conhecimento e desenvolvendo a investigação sobre tal tema.

1.4 METODOLOGIA DO ESTUDO

Esta pesquisa consiste em uma monografia apresentada como um pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em contabilidade. A monografia é um estudo detalhado de um tema restrito por meio de procedimentos metodológicos. Para França *et al.* (2003, p.30), “por ser uma primeira experiência de relato científico, a monografia constitui-se numa preparação metodológica para futuros trabalhos de investigação”.

Pode-se considerar a monografia um trabalho de grande importância pela relevância acadêmica e por preparar os acadêmicos para futuras pesquisas científicas.

Nesta seção serão apresentados o enquadramento metodológico da pesquisa, o

procedimento para busca das pesquisas publicadas no contexto nacional que abordam os métodos/fórmulas de mensuração dos AIs e o procedimento para análise e discussão das abordagens.

1.4.1 Enquadramento metodológico

O estudo tem natureza do objetivo exploratória, pois, como afirma Gil (1994), a pesquisa tenta explorar mais detalhadamente o problema, de forma mais específica.

Pode ser classificado, também, como um estudo de caso, já que este traz teorias e abordagens existentes na mensuração de Ativos Intangíveis para a aplicação prática em uma empresa específica, visando ao funcionamento e de que forma este se dá na prática empresarial. Para Cervo e Bervian (1983, p. 57), “estudo de caso é a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade, para examinar aspectos variados de sua vida”.

A coleta de dados é baseada em dados secundários e primários, ou seja, por meio de obras bibliográficas, relatórios financeiros e questionamentos na contabilidade da empresa analisada, etc. E, por último, a abordagem do problema é qualitativa, não empregando procedimentos estatísticos no estudo do problema.

Usando essa metodologia e fazendo levantamentos teóricos, busca-se responder ao problema da pesquisa e atender aos objetivos deste trabalho.

É importante salientar que os resultados deste estudo aplicam-se somente à empresa em análise por se tratar de um estudo de caso.

1.4.2 Procedimentos para busca das pesquisas publicadas no contexto nacional que abordam os métodos de mensuração dos AIs

Com o intuito de se conhecer pesquisas anteriores que focalizaram os métodos de mensuração dos Ativos Intangíveis, procedeu-se a uma busca nos periódicos nacionais - Revista de Administração Mackenzie (RAM) e Revista Contabilidade & Finanças - e nos anais do Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, do Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD), Congresso Brasileiro de Contabilidade

(CBC) e Congresso Brasileiro de Custos, classificados como “A” na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, pela CAPES. Justifica-se a escolha desses eventos e periódicos por normalmente publicarem trabalhos relacionados aos AIs.

A pesquisa abrangeu os artigos sobre AIs publicados no período de 2000 a 2008. Foi utilizada como critério de seleção dos artigos a ocorrência de palavras-chave no título, no resumo e nas palavras-chave do artigo, sendo estas: ‘Intangível, Ativo Intangível, Ativos Intangíveis, e *Goodwill*.’ Como o foco desta pesquisa é analisar a vertente financeira, o critério de classificação nessa vertente contábil foi identificar trabalhos que apresentavam e/ou discutiam modelos, abordagens, fórmulas de avaliação/mensuração do *goodwill* ou dos ativos intangíveis, calculando um valor monetário para esses recursos intangíveis. Sob essa perspectiva foram identificados 9 artigos sobre AI nos materiais selecionados no período de análise, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1: Artigos sobre Ativos Intangíveis, Goodwill, publicados no período analisado.

Ano	ANPCONT	ENANPAD	USP de Controladoria e Contabilidade	Revista de Administração Mackenzie (RAM)	Revista Contabilidade e Finanças	Congresso Brasileiro de Custos	Congresso Brasileiro de Contabilidade	Total
2000	-	0	-	0	0	0	1	1
2001	-	0	0	0	0	0	-	0
2002	-	0	1	1	0	0	-	2
2003	-	1	0	0	0	0	-	1
2004	-	0	0	0	0	0	-	0
2005	-	0	0	0	0	0	-	0
2006	-	0	0	1	1	0	-	2
2007	0	0	1	0	0	0	-	1
2008	0	1	1	0	0	0	0	2
Total	0	2	3	2	1	0	1	9
Total %	0%	22%	34%	22%	11%	0%	11%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Observe-se que o Quadro 1 não é exaustivo quanto aos artigos que abordam os AIs, mas somente apresenta aqueles artigos que exploram, discutem, apresentam modelos, abordagens e fórmulas para avaliação/mensuração monetária dos AIs.

Cabe ressaltar que: O Congresso Anpcont teve seu início em 2007, assim, só

foram investigados os anos de 2007 e 2008. O Congresso USP teve sua 1ª edição no ano de 2001, assim, foram investigados os anos entre 2001 e 2008. Em relação ao Congresso Brasileiro de Custos o ano de 2008 não foi investigado em função dos anais não estarem disponíveis para consulta. E por fim o Congresso Brasileiro de Contabilidade é realizado a cada quatro anos. Neste sentido, foram investigados os anos de 2000 e 2008, pois o ano de 2004 não foi possível acesso.

Em linhas gerais percebe-se pouca investigação, por parte dos pesquisadores brasileiros, neste tema, uma vez que foram encontrados apenas 9 trabalhos. A autora desta monografia atribui esse diagnóstico a complexidade do tema e a pouca orientação por parte dos órgãos reguladores.

1.4.3 Procedimentos Para Análise e Discussão das Abordagens

O presente estudo baseia-se nos métodos de mensuração de avaliação dos Intangíveis abordados por Santos *et al.* (2007) e Schmidt *et al.* (2008), que são apresentados apenas de forma teórica, sem a preocupação de demonstrar sua operacionalização. Também faz uso de um artigo encontrado no *site*: http://www.peritoscontabeis.com.Br/trabalhos/goodwill_-cladea_e_17cbc.pdf, acessado em 12/05/2008, intitulado *Discussão, Mensuração e Avaliação do Goodwill: Da Questão Teórica à Prática Empresarial*, que operacionaliza os métodos de Santos *et al.* (2007) no contexto de um processo judicial de retirada de um dos sócios de uma empresa do ramo gráfico, necessitando apurar o efeito da perpetuidade. Sendo assim, a presente pesquisa se configura como um estudo empírico, semelhante à proposta de Negra *et al.* (2004), no contexto de uma empresa do setor elétrico.

Após a descrição, cada método foi testado na prática, com base em informações de uma empresa do setor elétrico brasileiro. Buscou-se a operacionalização dos métodos para verificar se esses eram possíveis de serem usados por uma empresa a fim de mensurar o total do seu Intangível.

Por meio da coleta das informações financeiras da empresa do setor elétrico estudada, foi elaborada a TABELA 1, com o objetivo de organizar as informações necessárias para operacionalizar os métodos.

TABELA 1: Dados da operacionalização dos métodos

ITENS	SIGLAS	VALORES (R\$)
Lucro Líquido do Exercício	LL	345.990 (em mil)
Lucro Líquido Médio (2006 a 2007)	LLm	279.818 (em mil)
Remuneração dos Administradores	RA	317,217
Taxa de Juros Aplicada ao Imobilizado Tangível (TJLP)	i	3,82 % ao ano
Fator de Multiplicação para Obter o valor do Intangível	F	23,65 % ao ano
Ativos Tangíveis	AT	4.192.546 (em mil)
Duração dos Superlucros - em anos	t	16 anos
Taxa de Capitalização dos Lucros - ao ano	j	8,2% ao ano
Taxa de Retorno de um investimento de risco zero - ao ano	R	5,32 % ao ano
Taxa de Desconto atribuído aos Superlucros - ao ano	r	6,67 % ao ano
Lucro Líquido no momento 't' decrescente	LLt	322.912,467(em mil)
Patrimônio Líquido a Custos Correntes	PLcc	3.984.662 (em mil)
Valor Econômico do Ativo	Ai	1.800 (em mil)
Valor Residual do Ativo	Vt	33.907,61 (em mil)
Resultado Econômico produzido pelo Ativo	RT	345.996 (em mil)
Lucro Projetado	Ln	390.000 (em mil)

Fonte: Adaptação de Negra *et al.* (2004).

Os dados da TABELA 1 foram obtidos por meio das demonstrações contábeis da empresa, publicadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) referentes aos exercícios de 2006 e 2007, findos em 31 de dezembro. Foram usados também o relatório da administração e as notas explicativas. Ressalta-se que houve a necessidade de se proceder a entrevistas para obter informações que não foram evidenciadas nos documentos mencionados. As entrevistas foram realizadas diretamente com o pessoal do Departamento Contábil da empresa.

Usando diferentes métodos em uma única entidade, por meio de suas demonstrações contábeis, relatórios da administração, notas explicativas, relatórios internos e entrevistas, será possível comparar os resultados obtidos com cada abordagem de mensuração, apontando as divergências encontradas

Ainda, com a operacionalização dos métodos, é possível avaliar a dificuldade de usar essas ferramentas na prática empresarial, bem como apontar as dificuldades encontradas.

1.5 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Pelo presente trabalho, apura-se a dificuldade de mensurar os valores dos Ativos Intangíveis, devido à falta de literatura a respeito da operacionalização dos métodos aqui expostos. A prática da mensuração entrava na ausência de padrões a respeito de

cada variável integrante do cálculo para apurar o valor do AI, já que não é encontrado neste estudo material que evidenciasse como obter cada incógnita envolvida podendo distorcer o resultado.

A ausência de informações sobre as variáveis deixa uma lacuna, em que cada gestor poderá ter um entendimento diferente em cada variável. Essa barreira é um fator limitante desta pesquisa, coibindo generalizações a respeito dos métodos e deixando dúvida se é possível aplicá-los a qualquer ramo de atividade/empresa.

A operacionalização de qualquer um dos métodos pode não evidenciar a realidade empresarial, distorcendo informações, gerando falsa expectativa e tendenciando fatos no mercado empresarial. Além de que a escolha de uma das fórmulas privilegia algumas informações em detrimento a outras, não se conhecendo ainda qual delas é a que menos distancia a realidade vivida no âmbito do negócio.

Outro fator limitante desta pesquisa é a não-divulgação de algumas informações indispensáveis na elaboração deste estudo nos relatórios publicados na empresa pesquisada, fato que dificultou o desenvolvimento deste trabalho.

A maior limitação aqui encontrada é a falta de literatura a respeito da aplicação dos métodos de mensuração do *Goodwill*.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos para facilitar sua compreensão. O primeiro capítulo apresenta introdução, o tema – problema, seguido por objetivos do estudo.

No segundo capítulo, abrange-se a fundamentação teórica, indispensável para a compreensão do trabalho aqui desenvolvido. Esta seção compreende o estabelecimento das vertentes da Contabilidade, o resgate histórico do *Goodwill*, conceitos de Ativos Intangíveis e a evolução do reconhecimento destes. Por último, são apresentados os métodos de mensuração do *Goodwill*.

O terceiro capítulo trata dos resultados obtidos com a operacionalização desses. Nesse capítulo também é exposta a opinião da autora acerca dos métodos de mensuração operacionalizados na empresa de energia elétrica.

No último capítulo, apresentam-se as considerações finais e recomendações futuras para outras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Visando a uma maior compreensão dos métodos de mensuração aqui empregados na perspectiva da contabilidade financeira (tradicional), esta seção expõe conceitos e delimitações que envolvem os recursos incorpóreos. Neste capítulo, busca-se a diferenciação entre a vertente financeira e a vertente gerencial da Contabilidade, faz-se um breve histórico do *Goodwill*, apresentam-se conceitos de Ativos Intangíveis e a evolução do seu reconhecimento. Por fim, são apresentados os métodos de mensuração do *Goodwill*.

2.1 ESTABELECEDO AS VERTENTES: FINANCEIRA E GERENCIAL

A Contabilidade, como “um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização” (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBCKE, 2007, p.29), faz uso das vertentes financeira e gerencial para cumprir essa tarefa. A financeira é conhecida como a contabilidade tradicional, mais voltada ao cumprimento de normas e aos usuários externos, enquanto que a gerencial não está amarrada a regulamentações para gerar a informação na tomada de decisão (FREZATTI, AGUIAR, GUERREIRO, 2006).

A contabilidade gerencial está voltada principalmente aos usuários internos, ou seja, a informação será produzida para os vários níveis hierárquicos e mesmo áreas funcionais internas da organização; ela visa à produção de informação aos gestores para que esses possam tomar decisões quanto ao planejamento, execução, controle, desde o nível operacional até o estratégico em uma organização (LUNKES, 2007). Seus relatórios podem ser produzidos na periodicidade e no formato que a empresa necessitar. Sendo assim, a divulgação das informações oferecidas pela contabilidade gerencial não precisam estar atreladas a normas, independem do fisco já que o objetivo é a melhor gestão da empresa e não o recolhimento fiscal.

Já a contabilidade financeira, segundo Lunkes (2007, p. 34), “lida com a elaboração e comunicação de informação principalmente para usuários externos e esta é

repassada aos usuários por meio de relatórios contábeis, elaborados de acordo com as normas e princípios contábeis”. A contabilidade financeira visa atender às exigências da legislação comercial, por meio da elaboração de relatórios contábeis, apurando tributos e cumprindo especificidades de conselhos relacionados à contabilidade. Portanto, está atrelada a normas para produzir seus relatórios para atender seus usuários, entre estes estão, os investidores das empresas, o fisco, clientes, fornecedores.

A esses elementos, Frezatti, Aguiar e Guerreiro (2006) acrescentam *tipos de sistemas contábeis, unidades de mensuração utilizada, foco de análise, grau de confiabilidade e responsável técnico pela elaboração os relatórios* como tudo aquilo que diferencia a contabilidade gerencial da contabilidade financeira.

Observe-se que a amarração às normas e ao fisco faz com que informações importantes deixem de ser repassadas aos seus usuários, conforme exemplifica Sá (2008, p. 15): “em Bolsas de Valores importantes, segundo pesquisas realizadas nas décadas de 90 do século XX, as discrepâncias entre as cotações das ações e o evidenciado pela escrita contábil das pertinentes empresas, frequentemente ocorreram divergências relevantes”. Esse mesmo autor enfatiza que “[a] dita Contabilidade Financeira tem-se preocupado mais com o sistema legal, mercadológico e de prova do que mesmo, com a realidade da essência dos fatos da riqueza e de seus agentes” (SÁ, 2008, p. 258).

Os trabalhos publicados, no contexto da Contabilidade, têm sido informados pelas vertentes Financeira e Gerencial. O presente estudo se afilia à vertente Financeira. Este estudo está focado na perspectiva da contabilidade financeira, com o intuito de mensurar economicamente os Ativos Intangíveis por meio da operacionalização dos métodos apresentados, teoricamente, por Santos *et al.* (2007) e Schmidt *et al.* (2008).

Como o foco desta pesquisa é analisar a vertente financeira, o critério de seleção do material para construir o referencial teórico foi identificar trabalhos relacionados à: investigação epistemológica do *Goodwill* ou dos Ativos Intangíveis; evolução histórica do *Goodwill* ou dos Ativos Intangíveis; investigação das formas de registro, contabilização, evidenciação do *Goodwill* ou dos Ativos Intangíveis; e investigação do reconhecimento do *Goodwill* ou dos Ativos Intangíveis.

Pela existência de divergências entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade, é que há autores como Sá, Hoog e Schmidt e Santos estão engajados na literatura a respeito da mensuração contábil dos AIs.

2.2 RESGATE HISTÓRICO DO GOODWILL

Apesar de o tema ter ganhado relevância nas últimas três décadas, o tema *Goodwill* é um assunto muito antigo. Santos *et al.* (2007) apontam como primeiro registro do uso da palavra *Goodwill* em decisões judiciais, em 1571, na Inglaterra, decisões estas ligadas à disputa de terras.

Na tese de doutoramento de Schorrenberger (2005, p. 45) e em Santos *et al.* (2007), é apresentada uma linha temporal de marcos importantes relacionados ao tema Intangível, especialmente no que tange ao *Goodwill*. A seguir, esta linha do tempo é exposta de forma mais simplista, sem detalhamento.

TABELA 2: Evolução Histórica do Goodwill

Ano	Evento
1571	[O] termo <i>Goodwill</i> é usado pela 1ª vez em Decisões judiciais resolvendo questões ligadas à terra.
1884	William Harris publica o 1º trabalho na área contábil na <i>The Accountant</i> , intitulado: <i>Goodwill</i> . Reportava-se ao aumento de sua importância com o advento das sociedades por ações.
1897	Lawrence R. Dicksee publica <i>Goodwill and its treatment in accounts</i> , em Londres. Ele alerta sobre o perigo de sua contabilização e propõe que nos casos em que for obrigatório seu registro, que seja feito diretamente contra o PL. Propõe, também, a necessidade da inclusão da remuneração dos acionistas nos cálculos.
1945	Walter A. Staub, na obra <i>Intangible assets contemporary accounting</i> , aborda a natureza do <i>Goodwill</i> e o tratamento contábil a lhe ser dispensado na escrituração e amortização.
1968	Catlet e Olson, em 1968, publicam na AICPA, em Nova Iorque, estudo considerado um marco no estudo contábil do <i>Goodwill</i> sob o título <i>Accounting for Goodwill</i> .
1972	Eliseu Martins, em sua tese de doutoramento intitulada “Contribuição à avaliação do Intangível”, lança o que é considerado marco de referência na literatura brasileira sobre o tema.
2005	O Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Deliberação CVM n. 488/05, aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC n. 27 “Demonstrações Contábeis - Apresentação e Divulgações”, em que é criado o grupo “Intangível” no Ativo Permanente, onde discute o <i>Goodwill</i> .
2007	Sérgio de Iudicibus, Eliseu Martins e Ernesto Rubens Gelbcke, na obra <i>Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades</i> , incluem o

<p>Capítulo 13 – Ativos Intangíveis, que focaliza a definição e mensuração desses recursos e apresenta alguns recursos que podem ser contabilizados nesse grupo. No mesmo ano, a Lei n. 11.638/07 apresenta algumas alterações no conteúdo do <i>Manual</i>, sendo o restante ratificado.</p>

Fonte: Adaptado de Santos *et al.* (2007, p. 199) e Schorrenberger (2005, p. 45).

Com esse breve histórico, é possível perceber uma crescente preocupação com a mensuração e contabilização do *Goodwill* e a incessante busca de padronização na contabilização do *Goodwill*.

Apesar dessa permanente pesquisa, estudiosos da área ainda dividem opiniões, não chegando a um entendimento comum.

Perceber-se-á na seção 2.5 que a evolução também se dá nos métodos de mensuração. Apresentados em ordem cronológica, poderá se reconhecer a evolução de acordo com o entendimento de *Goodwill* em cada período. Nos primeiros métodos expostos, parte-se do princípio da competência, evoluindo-se até o princípio do regime de caixa.

Para se compreender a evolução histórica do *Goodwill*, é preciso lançar mão da literatura existente a respeito de conceitos e definições do *Goodwill*. Na seção a seguir, são expostos conceitos de vários autores relacionando o *Goodwill*.

2.2.1 Conceitos de *Goodwill*

A definição de *Goodwill* - ou fundo de comércio - é tão imprecisa quanto a definição de Ativos Intangíveis. Para muitos autores que abordam o *Goodwill*, este é o mais Intangível dos Intangíveis pela dificuldade de reconhecimento e separabilidade dos demais ativos.

Pode-se perceber a diferença entre o *Goodwill* e os demais Intangíveis conforme Boletim IOB (2008, f. 9, p. 2):

[Quando] algum fator consegue ser isolado como representativo de parte desse *Goodwill* e tem vida autônoma, ou seja, quando pode ser transferido a terceiros individualmente, possui valor de mercado e pode dispor de vida própria, independente da empresa; então, ele é destacado do *Goodwill*.

O destaque é considerado como Ativo Intangível identificado, diferenciando-o do *Goodwill*.

Ainda nesse fascículo, os autores (IOB, 2008, p. 2) definem *Goodwill* como: “a

diferença entre o que vale a empresa como um todo, funcionando, e a soma algébrica do valor de mercado dos elementos patrimoniais contabilizados”.

O *Goodwill* é responsável pela diferença entre o Patrimônio Líquido da empresa e o valor atribuído a um empreendimento. Sá (2008, p. 16) colabora com este raciocínio quando afirma que “Há sempre uma discrepância, esta conceituada como “Fundo de Comércio” e que tanto poderá ser positiva como negativa”. Ainda para Sá (2008, p. 23) *Goodwill* ou Fundo de Comércio é “A soma algébrica entre a realidade dos valores materiais e imateriais agregados ao capital efetivo ou real, o demonstrado contabilmente como “Patrimônio Líquido” e as Contingências Positivas e Negativas”, é a que evidencia o fenômeno defluente do complexo patrimonial que se conceitua como “Fundo de Comércio”.

Para Iudícibus *et al.* (2007), *Goodwill* é um ativo residual, uma diferença entre o valor de mercado e o valor contábil, dada a perspectiva de rentabilidade futura. Tendo em vista tal definição, percebe-se a dificuldade em separar esse Intangível dos demais, essa relação entre o *Goodwill* e os outros AIs não-identificáveis já é exposta por Santos *et al.* (2007).

Santos e Schmidt (2002) citam situações que podem contribuir para o surgimento do *Goodwill*, como, por exemplo, uma boa propaganda, localização, treinamento, clientela garantida, tecnologia, boa relação com os empregados, etc. Antunes e Martins (2008, IOB, f. 9, p. 2) incluem nesta lista a atividade industrial, a personalidade dos proprietários, os processos industriais, as conexões financeiras e *staffs* eficientes.

Sá (2008, p. 36), quanto ao valor imaterial do negócio, enfatiza:

Esse, todavia, quase sempre não se encontra nas demonstrações contábeis porque a lei não se preocupa que esteja (a não ser quando comprado) e em razão de a doutrina repudiar tal elemento como incorporável na demonstração do capital, assim, também, consagrando a norma.

Antunes e Martins (2002, p. 3) afirmam “que a Contabilidade Financeira reconhece e contabiliza o *Goodwill* apenas quando ocorre a compra de uma empresa”, dando origem ao *Goodwill* adquirido na empresa adquirente, no seu balanço patrimonial. Os autores (p. 2) enfatizam que “Enquanto ele existe de forma latente, mas percebida, porém sem registro contábil, costuma ser denominado *Goodwill* criado ou *Goodwill* subjetivo, passando a adquirido quando efetivamente alguém paga por ele”. Para esses autores, o *Goodwill* deveria sempre existir com a ocorrência da sinergia numa empresa.

Na Lei n. 11.638/07, o *Goodwill*, conhecido no Brasil como fundo de comércio, o registro se dá no Ativo Permanente, no subgrupo dos Intangíveis. *Goodwill*, que para Iudícibus *et al.* (2008), é sinônimo de ágio por conta de expectativa de rentabilidade futura.

Já para Hoog (2008, p. 28),

[...] ágio não é sinônimo de *goodwill*, [...] entendemos que o ágio ou o deságio são frutos da habilidade de negociação ou o resultado da lei de oferta e procura, não sendo sinônimo ou fruto do *goodwill*, pois o *goodwill* é o excesso de lucros, enquanto o ágio representa o *quantum* alguém está disposto a pagar por algo, pode alguém pagar simplesmente para fechar uma atividade de um concorrente, ou para ter uma maior fatia do mercado sem que isto seja *goodwill*.

Em suma, o registro do *Goodwill* só ocorre quando observado o custo de aquisição sem uma transação específica correspondente (IOB, f. 9).

O Boletim IOB (f. 10, p. 1) reitera que "[a] natureza do *goodwill* é amplamente aceita como a de um ativo intangível que confere à empresa um potencial de geração de resultados acima do normal ou da média”.

Considerando todas as definições anteriores, conclui-se que *Goodwill* é formado por vários fatores sem vida independente que não podem ser comercializados individualmente, e que resulta da sinergia existente numa organização.

A seguir, serão apresentados conceitos de Ativos Intangíveis para que se possa compreender que, para alguns estudiosos do assunto, *Goodwill* é sinônimo de Intangível e que, para outros, o *Goodwill* é uma parte do Intangível.

2.3 CONCEITOS DE ATIVOS INTANGÍVEIS

Muitos autores usam como sinônimo de Ativo Intangível o termo *Goodwill*. De forma geral, entende-se que o *Goodwill* é uma parte do Ativo Intangível, a parte que não se consegue identificar claramente como os demais Intangíveis. Na seqüência, são apresentados alguns conceitos de Ativo Intangível e a afiliação teórica adotada para esta pesquisa.

Entre várias definições encontradas na literatura, tem-se a de Martins (1972, p. 30) que conceitua Ativo Intangível como sendo “o futuro resultado econômico que se espera obter de um agente”.

Lev (2001) define ativo intangível “como um direito a benefícios futuros que não possui corpo físico ou financeiro (ações ou títulos de dívida)” (KAYO, KIMURA, BASSO, KRAUTER, 2006, p. 116).

Schmidt e Santos (2002) afirmam que são recursos incorpóreos que a empresa controla e que estes são capazes de produzir benefícios no futuro.

Hoog (2008, p. 40) afirma que os Intangíveis são

Bens móveis e sem substância física, e vida econômica com duração, freqüentemente subjetiva, tendo variações de valores em decorrência dos direitos que a posse assegura, com as conseqüentes vantagens competitivas e lucros, podendo ser adquiridos ou desenvolvidos internamente. Alguns destes Ativos Intangíveis podem ser identificados de forma autônoma, como uma marca comercial, as despesas pré-operacionais, os gastos de desenvolvimento e pesquisas, *franchise* e *copirrate*.

Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007 e 2008), os ativos intangíveis são “direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido” (2008, p. 45) e são “agregados de benefícios futuros sobre os quais uma dada entidade detém o controle e exclusividade de exploração” (2007, p. 228).

Para este estudo, é utilizado como afiliação teórica o conceito de AI como sendo: recursos não-palpáveis, com capacidade de benefício futuro. Para efeitos de operacionalização dos métodos, o Intangível calculado será sinônimo de *Goodwill*.

2.4 EVOLUÇÃO DO RECONHECIMENTO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS

Economia globalizada, fusões, cisões e incorporações são fatores que fazem do Intangível assunto cada vez mais debatido nesta década. A competição empresarial não se resume apenas à produção e às máquinas, a preocupação estende-se à capacidade de gerência e de criação, à agilidade, à motivação dos funcionários, ao bom relacionamento com clientes e fornecedores, entre outros. (Schorrenberger, 2005). Todos esses aspectos são importantes na constante busca pelo melhor desempenho no mercado e na diferenciação de um produto ou serviço.

Apesar dos Ativos Intangíveis terem ganhado destaque nas últimas três décadas e no Brasil especialmente em 2007, com a Lei n. 11.638/07, eles não formam um assunto novo. Por já ser tratado há algum tempo, o Intangível sofreu certa evolução em seu reconhecimento.

Os Intangíveis sequer tinham um grupo específico no Balanço Patrimonial que

os contemplassem, mas, com a sanção da Lei n. 11.638 de 28 de dezembro de 2007, foi criado o Intangível no grupo do Ativo Permanente. Com essa Lei, são exigidos testes de recuperabilidade do Intangível, assim como do imobilizado e do diferido. A respeito disso, Iudícibus *et al.* (2008, p. 17) comenta: “[O] que importa é que agora é obrigatória a aplicação do fundamento econômico: nenhum ativo pode existir por valor que não seja recuperável mediante venda ou utilização por parte da empresa”.

De acordo com o inciso VI do art. 179 da Lei n. 11.638/07, no Intangível há “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”.

Com a Lei n. 11.638/07, Intangíveis, como marcas, patentes, concessões, saem do subgrupo Ativo Imobilizado e passam a compor o novo subgrupo: Intangível.

Além das marcas, patentes, concessões, segundo Iudícibus *et al.* (2008, p. 16), também compõem o Intangível “os direitos autorais, o fundo de comércio, os gastos com pesquisa e desenvolvimento”. Os autores (p. 17) ressaltam que

[A] conta de Ágio por conta de rentabilidade futura, ou seja, o fundo de comércio, conhecido também por *goodwill*, agora não mais será registrado na conta de Investimentos. Permanece esse ativo, é claro, no Permanente, mas só que agora dentro do grupo de Ativos Intangíveis [...].

Enfim, com o advento da Lei n. 11.638/07, já é possível perceber uma manifestação para a harmonização das normas brasileiras com as internacionais de contabilidade.

Entre os tipos de Ativos Intangíveis comumente mencionados na literatura, existem: Marcas e nomes de produtos, pesquisa e desenvolvimento, direitos autorais, gastos de implantação e pré-operacionais.

Os Gastos de Implantação e Pré-Operacionais são aqueles gastos efetuados em novos empreendimentos de uma entidade no início de sua operação ou de uma empresa já no mercado. De acordo com Schmidt e Santos (2002, p. 25), é natural que esses gastos sejam ativados e transferidos para despesa por vários exercícios “visando atender basicamente ao princípio da confrontação das despesas e evitar a distorção do lucro dos primeiros anos, uma vez que eles normalmente são substanciais”. No Brasil, de acordo com o inciso V do artigo 179 da Lei n. 11.638/07, são classificadas, no Ativo Permanente, como subgrupo diferido,

[As] despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.

Nesses gastos, estão incluídos, segundo Santos *et al.* (2007), gastos com a organização da empresa, despesas operacionais, estudos, projetos, etc.

Marcas e Nome de Produtos identificam o produto, podendo aumentar a possibilidade de venda. A contabilização desse recurso Intangível se dá pelo valor do seu custo com registro e invenções no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI); ou quando comprados de terceiros, pelo seu valor de aquisição ou quando contratado o uso de marcas e patentes. Hendriksen e Breda (1999, pág. 399) afirmam que uma “marca possui muitas das características de Ativos Intangíveis: um mercado, em virtude da existência de usos alternativos, separabilidade, e segurança razoável de retorno”. As marcas ou nomes de produtos, de acordo com Santos e Schmidt *et al.* (2007, p. 180), são

[Ativos] que representam direitos específicos conferidos a alguém, geralmente por um prazo determinado e renovável periodicamente, que surgem em decorrências dos valores gastos com propaganda e incluem, além do nome comercial, símbolos, desenhos e logotipos que são usados pela companhia isoladamente ou em um conjunto particular.

Sá (2008, p. 41) destaca a importância da marca: “[Existem] alguns casos em que o nome da marca, consideradas circunstâncias especiais, podem ultrapassar em valor aquele de todo o capital, mas será sempre dependente deste”.

Esses recursos não eram ativados na Contabilidade, nem mesmo internacionalmente. Hendriksen e Van Breda (1999, *apud* Santos *et al.*, 2007) já haviam sugerido o reconhecimento dos AIs identificados, minimizando o *Goodwill* por possuírem características como mercado, separabilidade e retorno provável. Agora com a promulgação da Lei n. 11.638/07, as marcas serão classificadas no grupo dos Intangíveis, de acordo com Iudícibus *et al.* (2008).

Já Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) abrangem gastos com novos produtos ou aperfeiçoamento de antigos, incluindo novos projetos, salários dos funcionários que fazem parte desse processo. P&D estavam classificados no ativo diferido, conforme a Lei n. 6.404/76, sendo amortizado em até 10 anos. Na nova Lei, esses gastos, quando ativados e se ativáveis, devem ficar classificados nos Intangíveis, conforme trata Iudícibus *et al.* (2008).

No caso das patentes, o registro se dava no ativo imobilizado, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, no inciso IV do art. 179. Elas podem ter proteção devido ao seu registro por 10 anos ou até 20 anos. Com a alteração desta Lei, em 28 de dezembro de 2007, devem ficar no grupo dos Intangíveis. Devem ser capitalizados, de

acordo com Santos *et al.* (2007), seu preço de compra quando esta for comprada como custo, devendo ser incluídos como custos serviços jurídicos, taxas e outros valores necessários para o efetivo registro da patente. Afirmam ainda que os custos de patentes devem ser amortizados, considerando a sua vida econômica ou a sua vida útil legal, o que for menor entre os dois. Porém, se a patente perde valor, o ativo deve ser registrado como despesa.

Os Direitos autorais representam direito de propriedade comercial, e, em respeito à Lei n. 11.638/07, devem ser registrados no Ativo Intangível. Antes da alteração da Lei n. 11.604/76, o direito autoral comprado poderia se capitalizado pelo seu valor de aquisição, e, se houvesse pesquisa para o seu desenvolvimento, os gastos deveriam ser registrados como despesa. A amortização, nesse caso, deveria ser feita de acordo com os anos em que se esperava serem recebidos os benefícios econômicos.

Franquias e licenças representam ao seu titular o direito de explorar durante um prazo determinado o contrato. A classificação, que se dá após a alteração da Lei das Sociedades por ações em 2007, é de Intangível. A amortização e o registro como despesa dos custos deste AI devem ser de acordo com a vida útil do contrato se não houver definição desta, não devem ser amortizadas. As franquias e licenças devem ser registradas como despesas operacionais no período em que são feitos os pagamentos ao ano referente ao acordado, seguindo os mesmos autores.

2.5 PESQUISAS ANTERIORES SOBRE OS MÉTODOS DE MENSURAÇÃO DOS AIs

Essa subseção tem por objetivo apresentar trabalhos empíricos que viessem expor métodos de mensuração dos Ativos Intangíveis utilizados nas pesquisas nacionais, com vista a ofertar à comunidade científica e aos demais usuários informações quanto aos métodos de mensuração utilizados por pesquisadores da área contábil financeira.

No âmbito nacional, foram encontrados apenas nove artigos que apresentavam de forma explícita fórmulas para o cálculo do *Goodwill* ou Ativo Intangível, conforme apresenta o

Quadro 2 .

Quadro 2: Fórmulas para cálculo do Goodwill/ Ativo Intangível, conforme publicação brasileira

Periódico / Evento	Ano	Título	Autores	Modelo/Fórmula
Congresso Brasileiro de Contabilidade	2000	Reconhecimento dos intangíveis: elemento essencial no valor das empresas	Célia Maria Braga Carneiro	<p>Mensuração do goodwill</p> $g = (ll - ra - i \times at) \times f$ <p>Onde: g = goodwill ll = lucro líquido ra = remuneração da administração i = taxa de juros aplicável a ativos tangíveis at = Valor Total dos ativos tangíveis f = fator multiplicador</p>
Congresso USP	2002	“GOODWILL”: Uma Abordagem Conceitual.	José Geraldo de Albuquerque Pinto, João Maria Montenegro Ribeiro, Marcleide Maria Macêdo Pederneiras, Jorge Katsumi Niyama	<p>Cálculo do Goodwill</p> $G = (LL - RA - i \times AT) F$ <p>Onde: LL = lucro líquido RA = remuneração da administração i = taxas de juros aplicável ao capital imobilizado em ativos tangíveis AT = valor total dos ativos tangíveis G = valor do “goodwill”</p> $GO = VME - \sum VMA1$ <p>GO = “goodwill” objetivo VME = valor de mercado da empresa como um todo VMA1 = valor de mercado do ativo 1</p> $GS = VSE - \sum VMA1$ <p>GS = “goodwill” subjetivo VSE = valor subjetivo da empresa como um todo (valor dos benefícios futuros esperados de todos os seus ativos) VMA1 = valor de mercado do ativo A1.</p>
Revista Contabilidade & Finanças	2002	Capital Intelectual: Verdades e Mitos.	Maria Thereza Pompa Antunes, Eliseu Martins	<p>Capital Intelectual Organizacional = iC (Edvinsson & Malone, 1998, p.166)</p> <p>Onde: C = Valor monetário do Capital Intelectual i = Coeficiente de Eficiência</p>
ENANPAD	2	Goodwill &	César	

	003	<i>Impairment Test.</i> Considerações sob a luz do US GAAP.	Augusto Biancolino, Patrícia Desidério Aramayo	<p>Valor do Goodwill</p> $G = VC_{\text{Ativo}} - \text{Fair Value do Ativos}$ <p>Onde: VC_{Ativo} = valor contábil do ativo total, incluindo o <i>goodwill</i> Fair Value do Ativos = Fluxo de caixa descontado</p>
Revista de Administração Mackenzie	2006	Os fatores determinantes da intangibilidade	Eduardo Kazuo Kayo, Herbert Kimura, Leonardo Fernando Cruz Basso, Elizabeth Krauter.	<p>EVA® – economic value added</p> $EVA = \text{NOPAT} - c^* \times \text{capital}$ <p>Onde: NOPAT = lucro operacional líquido depois do imposto de renda c^* = custo do capital capital = capital tangível total, ou seja, ativo imobilizado e capital de giro operacional (p.118). O conceito do EVA é semelhante ao do lucro residual, como sugere Rappaport (1998).</p>
Revista Contabilidade & Finanças	2006	Ativos Intangíveis e o Desempenho Empresarial	Marcelo Monteiro Perez, Rubens Fama	<p>Grau de Intangibilidade</p> $GI = \frac{VMA}{PLC}$ <p>Onde: VMA = Valor de Mercado total das ações PLC = Patrimônio Líquido Contábil</p> <p>Trata-se de uma medida relativa e considera-se que, quanto maior o índice: grau de intangibilidade (GI), maior participação relativa de ativos intangíveis na estrutura da empresa (p.10).</p>
Congresso USP de Controladoria e Contabilidade	2007	A relevância do ativo diferido e do Goodwill no processo de avaliação das empresas brasileiras	Flávio Zóboli Dalmácio, Amaury José Rezende, Emanuel Marcos Lima, Eliseu Martins.	$GROA_{ij} = (R_{ij} - R_{sj}) * (LO_{ij} / CO_{ij})$ <p>Onde: $GROA_{ij}$ = <i>Goodwill</i> por ação (calculado com base no retorno do ativo) da empresa i, no final do exercício social j R_{ij} = rentabilidade do ativo médio da empresa i, no final do exercício social j R_{sj} = rentabilidade do ativo médio do setor s, no final do exercício social j LO_{ij} = lucro operacional da empresa i, no final do exercício social j CO_{ij} = custo de capital da empresa i, no final do exercício social j</p>

ENANPAD	2008	Evidenciação de Ativos Intangíveis Não-Adquiridos nos Relatórios da Administração das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa	Romualdo Douglas Colauto, Paulo Savaget Nascimento, Bruna Camargos Avelino, Oscar Neto de Almeida Bispo.	<p>Grau de Intangibilidade</p> $GI = \frac{VMA}{PLC}$ <p>Onde: VMA = Valor de Mercado total das ações PLC = Patrimônio Líquido Contábil</p>
Congresso USP de Controladoria e Contabilidade	2008	Estudo do grau de intangibilidade por meio das demonstrações contábeis: uma análise das empresas S/A de capital aberto constantes do índice Ibrx - índice Brasil.	Édina Elisangela Zellmer Fietz, Jorge Eduardo Scarpin.	<p>Grau de Intangibilidade</p> $GI = -2,784 + 0,074 \times RPL + 0,018 \times END - 0,035 \times IPL + 0,075 \times IRNC + 0,854 \times NM - 0,250 \times LPA + 2,845 \times CNC + 2,212 \times CC + 2,483 \times CT + 1,299 \times MB + 4,395 \times TI - 0,773 \times N1$ <p>Onde: RPL = rentabilidade do patrimônio líquido END = participação de capital de terceiros IPL = imobilização do patrimônio líquido IRNC = imobilização dos recursos correntes NM = variáveis correspondentes à participação das empresas em algum nível de governança – nível 1 (N1), nível 2 (N2) e novo mercado (NM) LPA = lucro por ação CNC = consumo não cíclico CC = consumo cíclico CT = Construção e transporte MB = Materiais básicos TI = tecnologia da informação</p>

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando-se o Quadro 2 percebe-se que dos nove trabalhos identificados esses ficam reduzidos a sete, pois os trabalhos de Carneiro (2000) e Pinto, Ribeiro, Pederneiras e Niyama (2002) utilizam a mesma fórmula; o mesmo ocorre com os trabalhos de Perez e Fama (2006) e Colauto, Nascimento, Avelino e Bispo (2008). Observe-se que o trabalho de Antunes e Martins (2002) apesar de ter sido inserido neste Quadro 2, é informado pela perspectiva gerencial, podendo, então, ser excluído. O trabalho de Kayo, Kimura, Basso e Krauter (2006) apresenta o EVA como uma medida indireta de mensuração do *Goodwill*. Sendo assim, a pesquisa fica reduzida a cinco modelos/fórmulas. Nos artigos que apresentam as fórmulas tais artigos demonstram a operacionalização das mesmas; assim a presente pesquisa selecionou as fórmulas

abordadas por Santos *et al.* (2007) e Schmidt *et al.* (2008), uma vez que não foi encontrado publicação que as operacionalizasse em um contexto real.

A autora desta pesquisa ficou surpresa com o resultado apresentado no Quadro 2, uma vez que tal tema tem sido amplamente debatido na comunidade acadêmica (SANTOS, 2007; GALLON, NASCIMENTO, ENSSLIN, S., REINA, 2008; GALLON, SOUZA, ROVER, ENSSLIN, S., 2008). Uma questão interessante é que os modelos abordados por Santos *et al.* (2007) e Schmidt *et al.* (2008) foram utilizados pelos estudos constantes no

Quadro 2. Embora esse diagnóstico já tenha sido evidenciado por Sá (2008, p. 54): “[f]alta uniformidade no trato de tal matéria, tanto de nomenclatura, quanto de metodologia, havendo, inclusive, rigores de ordem matemática”.

Segundo (SILVA, ROBLES JUNIO, 2007, p. 5), “o valor do ativo intangível é de fundamental importância para a avaliação de uma empresa (...)” uma vez que “criar valor para os sócios ou acionistas é um imperativo, pois estes não se dispõem a financiar uma entidade que destrua valor” (RODRIGUES, GONÇALVES, 2007, p. 5). Sendo assim, seria de se esperar um número maior de pesquisas devotadas à questão da mensuração/avaliação dos Intangíveis. É nesse contexto de ausência de pesquisas que a autora deste trabalho sentiu-se motivada para investigar a operacionalização dos métodos abordados por Santos *et al.* (2007) e Schmidt *et al.* (2008).

2.6 APRESENTAÇÃO DOS MÉTODOS DE MENSURAÇÃO DO *GOODWILL*

A seguir são apresentados oito métodos de mensuração do *Goodwill* comumente aceitos na perspectiva da contabilidade financeira e que são abordados por Santos *et al.* (2007) e Schmidt *et al.* (2008).

2.6.1 Método de Lawrence R. Dicksee

Este método antigo é datado de 1897 e usa sobre o lucro líquido retido corrente um fator multiplicador. Esse método contempla o princípio da competência e destaca uma taxa de juros aplicada ao imobilizado, pois, na época, o imobilizado é o que gerava a riqueza de uma entidade. Um exemplo dessa riqueza é a valorização das terras. O

Quadro 3 – Método de Lawrence R. Dicksee – demonstra como pode ser obtido o valor do Ativo Intangível a partir desse método.

Quadro 3: Método de Lawrence R. Dicksee FÓRMULA DO MÉTODO DE LAWRENCE R. DICKSEE
$G = [(LL - RA) - (i * AT)] * F$
<p>Onde:</p> <p>G = valor do <i>Goodwill</i>;</p> <p>LL=Lucro Líquido;</p> <p>RA= Remuneração de Administração;</p> <p>i = taxa de juros aplicáveis ao imobilizado tangível;</p> <p>AT = ativos Tangíveis;</p> <p>F = Fator multiplicativo para obtenção do Intangível.</p>

Fonte: Santos *et al.* (2007, p.249).

A dificuldade da aplicação desse método está no emprego de incógnitas, como, por exemplo, o fator multiplicativo para obtenção do Intangível e da taxa de juros adequada ao imobilizado tangível.

Apesar de o método não explicar fontes de obtenção dessas variáveis, esse método pode ser considerado um método simples, de poucas variáveis, e as informações podem ser facilmente usadas pelo gestor da empresa.

O emprego do Lucro Líquido não é o mais adequado para Santos *et al.* (2007), pois estes consideram o fluxo de caixa o mais apropriado, enquanto o Método de Lawrence R. Dicksee respeita o princípio da competência.

2.6.2 Método de New York

Método muito semelhante ao exposto anteriormente que tem data de 1898. Sua única distinção em relação ao de Lawrence é a de usar a média dos últimos anos do lucro líquido em vez de usar o lucro líquido corrente. O método de New York também contempla o princípio da competência e destaca o imobilizado por meio de uma taxa de juros. No Quadro 4 – Método de New York – é demonstrado como obter o valor do Intangível por este método.

Quadro 4: Método de New York
FÓRMULA DO MÉTODO DE NEW YORK

$$G = [(LLm - RA) - (i * AT)] F$$

Onde:

G = valor do *Goodwill*;

LLm = Lucro Líquido média dos últimos anos;

RA = Remuneração de Administração;

i = taxa de juros aplicáveis ao imobilizado tangível;

AT = Ativos Tangíveis;

F = Fator multiplicativo para obtenção do Intangível.

Fonte: Santos *et al.* (2007, p. 250).

As suas desvantagens e suas vantagens são as mesmas apresentadas no método de Lawrence.

2.6.3 Método de Hatfield

Santos *et al.* (2007, p. 250) referem-se a esse método como o “primeiro método de avaliação de Ativos Intangíveis a utilizar a metodologia do valor presente líquido para obter o valor da empresa como um todo e, por dedução do valor dos ativos tangíveis, o valor dos Intangíveis”. O método de 1904 é um avanço para sua época e ainda é o precursor de outros usados atualmente. Já se percebe nesse método uma evolução referente aos dois anteriores apresentados, pois trabalha com o lucro a valor presente. O valor do Ativo Intangível por esse método é calculado de acordo com a representação no Quadro 5 – Método de Hatfield.

Quadro 5: Método de Hatfield
FÓRMULA DO MÉTODO DE HATFIELD

$$G = \left[\frac{LL - RA}{j} \right] - AT$$

Onde:

G = valor do *Goodwill*;
 j = taxa de capitalização de lucros;
 RA = Remuneração dos Administradores;
 LL = Lucro Líquido;
 AT = Ativo Tangível.

Fonte: Santos *et al.* (2007, p.250).

Essa abordagem apresenta como desvantagem a não-especificidade de qual critério de avaliação do Ativo Tangível deve ser empregado, assim como a não-definição da forma de se calcular a taxa de capitalização dos lucros. O fato de não ser explicitada a obtenção da taxa de capitalização, torna o método também dificultoso. O método respeita o princípio da competência.

2.6.4 Método do Valor Atual dos Superlucros

Percy Dew Leake é o maior defensor dessa abordagem de mensuração de Intangíveis. No método dos superlucros (1914), é considerada a taxa de decréscimo gradativo do excesso de lucros, justificada pelo aumento de concorrentes no mercado, reduzindo a lucratividade da organização, e ainda considerando a taxa de desconto dos superlucros.

SÁ (2008) considera Superlucros como o lucro que uma empresa possui de forma mais vantajosa em relação a empresas semelhantes. Sua representação se dá pela fórmula exposta no Quadro 6–Método do Valor Atual dos Superlucros.

Quadro 6: Método do Valor Atual dos Superlucros
FÓRMULA DO MÉTODO DO VALOR ATUAL DOS SUPERLUCROS

$$G = \sum_{t=1}^k \frac{(LL_t - RA - j \cdot AT)}{(1+r)^t}$$

Onde:

G = valor do *Goodwill*;

k = limite de duração dos superlucros;

LL_t = Lucro Líquido no momento t, que seria decrescente;

r = taxa de desconto atribuída aos superlucros;

t = duração superlucros;

RA = Remuneração dos Administradores;
i = taxa de juros do imobilizado Intangível.

Fonte: Santos *et al.* (2007, p.251).

O valor atual dos superlucros apresenta uma maior complexidade em relação aos outros três métodos já mencionados, pois, além de apresentar a mesma dificuldade quanto à taxa ‘i’ e por não especificar qual critério de avaliação do Ativo Tangível deve ser empregado, ainda não define como deve ser calculada a taxa de desconto atribuída aos superlucros. Outro fato que dificulta é o lucro no momento ‘t’ e em que momento deve ser considerado. E ainda, a literatura não expõe a partir de que momento deve ser considerado a duração dos superlucros no momento de sua operacionalização. A não exposição desta informação, deixa dúvida se no momento do cálculo deve ser desconsiderado os anos que já transcorreram na estimativa de duração dos superlucros.

O Método do Valor Atual dos Superlucros também contempla o princípio da competência em vez do regime de caixa.

2.6.5 Método de Custo de Reposição ou Custo Corrente

Santos e Schmidt *et al.* (2007, p. 252) afirmam que esse “é um dos métodos mais utilizados na avaliação de Ativos Intangíveis”. Esse método permite uma aproximação do valor econômico. O valor do Intangível se dá conforme Quadro 7 – Método de Custo de Reposição ou Custo Corrente.

Quadro 7: Método de Custo de Reposição ou Custo Corrente
FÓRMULA DO MÉTODO CUSTO DE REPOSIÇÃO OU CUSTO CORRENTE

$$G = \sum_{t=1}^N \frac{LLt}{(1+R)^t} - PLcc$$

Onde:

G = valor do *Goodwill*;

LLt = Lucro Líquido no momento t;

PLcc = Patrimônio Líquido a custos correntes;

R = Custo de oportunidade do investimento de igual risco;

t = duração do lucro.

Fonte: Santos *et al.* (2007, p. 252).

Dentre as vantagens desse método, está a de usar o método de custo corrente para avaliar os Ativos Tangíveis líquidos.

Como desvantagem, pode-se apontar a não-definição de como deve ser calculado: o custo de oportunidade do investimento de igual risco; o patrimônio líquido a custos correntes; e o tempo de duração dos superlucros.

Esse é um método que dificulta a operacionalização, pois as variáveis envolvidas não são facilmente identificadas, porém seu emprego, entre os métodos aqui testados na companhia de energia elétrica, foi o de maior valor resultante.

2.6.6 Método do Valor Econômico

Quanto a esse método, Santos *et al.* (2007, p. 252) afirma que “trata-se de um método de avaliação ideal de ativos em geral, entretanto, de difícil implementação”. Sua representação está no Quadro 8 – Método do Valor Econômico.

Quadro 8: Método do Valor Econômico FÓRMULA DO MÉTODO DO VALOR ECONÔMICO
$A_i = \frac{V_t}{(1+R)^t} + \sum_{t=1}^n \frac{R_t}{(1+R)^t}$
<p>Onde:</p> <p>A_i = Valor econômico do ativo;</p> <p>V_t = Valor residual do ativo;</p> <p>R = Custo de oportunidade de empreendimento de igual risco;</p> <p>R_t = Resultado econômico produzido pelo ativo;</p> <p>n = horizonte de tempo.</p>

Fonte: Santos *et al.* (2007, p. 253)

Como vantagem, aponta-se nesse método a utilidade para avaliar Ativos Intangíveis e Tangíveis que não estejam produzindo receitas atualmente e para avaliar individualmente os Tangíveis, de acordo com Schmidt *et al.* (2007).

São consideradas desvantagens desse método: (i) a não-definição de como deve ser calculado o custo de oportunidade do investimento de igual risco; e (ii) a não-definição de valor residual pelo ativo.

Esse método contempla o princípio da competência.

2.6.7 Método do Valor de Realização

Esse método resulta no valor do *Goodwill* que a empresa desenvolveu ao longo de sua existência, resultado identificado pela diferença entre o lucro projetado e o valor de um investimento com risco zero. Os cálculos desse método são identificados a seguir, no Quadro 9 – Método do Valor de Realização.

Quadro 9: Método do Valor de Realização FÓRMULA DO MÉTODO DO VALOR DE REALIZAÇÃO	
n	
	$G = \sum_{i=1}^n [(L_t - PL * R) / (1 + j)]$
	Onde:
	G = valor do <i>Goodwill</i> ;
	PL = Patrimônio Líquido em 2007;
	R = Taxa de Retorno de um investimento de risco zero;
	Li = Lucro projetado para o período i – 2008;
	j = taxa de retorno desejada.

Fonte: Santos *et al.* (2007, p. 254).

A maior dificuldade encontrada nesse método é a projeção do lucro, e a forma de obtenção da estimativa de lucro num período de longo prazo é sempre uma dificuldade, trabalhando com estimativas e proposições que podem não se concretizar, e principalmente, podendo gerar especulação no mercado financeiro. Essa afirmação foi fator de resistência na empresa em estudo em divulgar tal projeção.

2.6.8 Método do Excesso Econômico sobre o Valor Corrente

O presente método foi proposto por Eliseu Martins, em 1972, em sua Tese de Doutorado (primeiro trabalho publicado no Brasil). O valor Intangível nessa abordagem é apresentado no Quadro 10 – Método do Excesso Econômico sobre o Valor Corrente.

Quadro 10: Método do Excesso Econômico sobre o Valor Corrente FÓRMULA DO MÉTODO DO EXCESSO SOBRE O VALOR CORRENTE	
n	

$$EVE = \left\{ \left[\frac{Vt}{(1+R)^t} \right] + \sum_{i=1} [(Rt / (1+R)^t - Acc)] \right\}$$

Onde:

EVE = Excesso do Valor Econômico sobre o valor corrente;

Vt = Valor residual do ativo;

R = Custo de oportunidade de empreendimento de igual risco;

n = horizonte de tempo;

Rt = Resultado econômico produzido pelo ativo;

Acc = Ativo avaliado a custo corrente.

Fonte: Santos *et al.* (2007, p. 255).

Esse método mais recente também é o mais complexo de todos, exigindo do responsável por sua operacionalização um entendimento de cada variável de que é composto, como, por exemplo, o ativo avaliado a custo corrente e valor residual do ativo. A compreensão de cada incógnita pode gerar grandes distorções no resultado encontrado como Intangível.

A Tabela 3 compila informações apresentadas na literatura a respeito dos Métodos apresentados nesta pesquisa.

TABELA 3: Descrição dos Métodos

Método	Ano	Fórmula	Vantagens	Limitações
Lawrence R. Dicksee	1897	$G = [(LL - RA) - (i * AT)] * F$	Facilidade de aplicação	Obtenção do Fator 'F' e da taxa 'i'
New York	1898	$G = [(LLm - RA) - (i * AT)] * F$	Facilidade de aplicação	Obtenção do Fator 'F' e da taxa 'i'
Hatfield	1904	$G = \left[\frac{LL - RA}{j} \right] - AT$	Uso do valor presente líquido	Não apresenta o critério de avaliação do Ativo Tangível e a forma de calcular a taxa de capitalização dos lucros
Valor Atual Superlucros	1914	$G = \sum_{t=1}^K \frac{(LLt - RA - i * AT)}{(1+r)^t}$	Considera o decréscimo gradativo do excesso dos lucros	Não expõe: Como obter taxa 'i', O critério de avaliação de AT, Como calcular a taxa de desconto

				dos superlucros e Que momento considerar
Custo de Reposição ou Corrente	1961	$G = \sum_{t=1}^N \frac{L_t}{(1+R)^t} - PL_{cc}$	Aproximação do valor econômico e o uso do custo corrente para avaliar ATs líquidos.	Não define: Como calcular o custo de oportunidade, o PL a custos correntes e duração dos superlucros
Valor Econômico	2001	$A_i = \frac{V_t}{(1+R)^t} + \sum_{t=1}^n \frac{R_t}{(1+R)^t}$	Avaliação de ATs e AIs que não geram receita no momento	Não define: Como calcular o custo de oportunidade e o valor residual do ativo
Valor de Realização	1993	$G = \sum_{i=1}^n \frac{[(L_t - PL * R)]}{(1 + j)}$	Valor do <i>Goodwill</i> ao longo da existência da empresa	Projeção do lucro
Excesso Econômico sobre o Valor Corrente	1972	$EVE = \left\{ \left[\frac{V_t}{(1+R)^t} \right] + \sum_{i=1}^n \frac{(R_t/(1+R)^t - Acc)}{i} \right\}$	Avaliação do Ativo a custos correntes	Não define: Ativo avaliado a custos correntes e valor residual ativo

Tabela Elaborada pela autora.

Na tabela acima, observa-se que pouco se evolui quanto aos métodos de operacionalização. Ainda hoje, métodos como de Lawrence R. Dicksee são referenciados em trabalhos científicos (NEGRA *et al.*, 2004; SILVA, 2007) que buscam a mensuração do valor do intangível, método este caracterizado pela ênfase no ativo permanente tal qual o ano de 1571 onde inicia o uso do termo *Goodwill*. Os métodos mais recentes empregados, como o do Valor Econômico ainda destaca os bens tangíveis, e o Excesso do Valor Econômico sobre o valor corrente data de 1972 - onde o professor Eliseu Martins lança o marco na literatura brasileira quanto ao assunto – comprova a necessidade de mais pesquisas relacionadas à mensuração dos métodos e o longo caminho que se tem a percorrer.

Feitas as considerações teóricas necessárias ao entendimento do assunto abordado, segue-se com a descrição dos resultados. Como palavra final, a autora dessa monografia concorda com Sá (2008, p. 54) quando este afirma que “[f]alta uniformidade no trato de tal matéria, tanto de nomenclatura, quanto de metodologia, havendo, inclusive, rigores de ordem matemática”; entretanto a elaboração e submissão de trabalhos que versem sobre o tema possibilitam a discussão e, conseqüentemente, o desenvolvimento do assunto.

3 APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão abordados os resultados dos métodos de mensuração do *Goodwill*, abordados por Santos *et al.* (2007) e Schmidt *et al.* (2008).

Por meio de informações financeiras de uma dada empresa, foi adaptada uma tabela, com o objetivo de organizar as informações necessárias para operacionalizar os métodos.

TABELA 4: Dados da Operacionalização dos Métodos

	Itens	Siglas	Valores
1	Lucro Líquido do Exercício	LL	345.990 (em mil)
2	Lucro Líquido Médio (2006 a 2007)	LLm	279.818 (em mil)
3	Remuneração dos Administradores	RA	3.600 (em mil)
4	Taxa de Juros Aplicada ao Imobilizado Tangível (TJLP)	i	3,82 % ao ano
5	Fator de Multiplicação para Obter o valor do Intangível	F	23,65 % ao ano
6	Ativos Tangíveis	AT	4.192.546 (em mil)
7	Duração dos Superlucros – em anos	t	16 anos
8	Taxa de Capitalização dos Lucros - ao ano	j	28,69 % ao ano
9	Taxa de Retorno de um investimento de risco zero - ao ano	R	5,32 % ao ano
10	Taxa de Desconto atribuído aos Superlucros - ao ano	r	6,25 % ao ano
11	Lucro Líquido no momento 't' decrescente	LLt	324.365,625(em mil)
12	Patrimônio Líquido a Custos Correntes	PLcc	1.453.363 (em mil)
13	Ativo Avaliado a Custo Corrente	Acc	4.539.976,439 (mil)
14	Valor Residual do Ativo	Vt	85.788,838 (em mil)
15	Resultado Econômico produzido pelo Ativo	RT	299.020(em mil)
16	Lucro Projetado	Lt	390.000 (em mil)
17	Patrimônio Líquido em 31/12/2007	PL	1.453.363 (em mil)

Tabela adaptada pela autora de Negra *et al.* (2004).

Os dados da Tabela 4 foram obtidos por meio das Demonstrações Contábeis da empresa publicadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), referentes aos exercícios de 2006 e 2007, findos em 31 de dezembro. Foram utilizados também o Relatório da Administração e as notas explicativas, já que estes complementam e apresentam dados que não são disponibilizados nas Demonstrações Contábeis.

As notas explicativas na Lei n. 6.404/76 são apresentadas quando são necessários esclarecimentos a respeito da situação patrimonial e dos resultados dos

exercícios. Já os Relatórios de Administração, para Marion (1998), normalmente apresentam informações não-financeiras, como políticas da empresa, expectativas de crescimento, indicadores de produtividade, entre outros. Esses documentos foram imprescindíveis para a obtenção de dados para composição da Tabela 4.

A pesquisa ainda contou com entrevistas feitas diretamente no departamento contábil da empresa em análise.

O item 1, lucro líquido da empresa em 2007, consta nas Demonstrações Contábeis da concessionária, e o item 2, lucro líquido médio foi obtido pela média dos lucros líquidos dos dois últimos exercícios sociais da entidade em análise.

A remuneração dos administradores, item 3, foi obtida diretamente na organização estudada.

A taxa de juros aplicada ao imobilizado tangível, item 4, que tem valor de 3,82% ao ano, é estipulada pelo órgão que regula a atividade comercial da empresa (ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica).

O fator de multiplicação (item 5) foi considerado seguindo o modelo de Negra e Pires *et al.* (2004) como resultado da divisão do lucro líquido do último exercício pela média dos lucros líquidos (nesse caso, média de 2006 e 2007), subtraindo 1 (um). A diferença será o fator F.

O valor do Ativo Tangível (item 6) apresentado na tabela 4 refere-se ao valor total do Ativo, constante no Balanço Patrimonial da empresa, subtraído do valor do Intangível que a empresa declara em notas explicativas.

Como duração dos superlucros (item 7), considerado, nesse caso, como o período em anos que a empresa tem de concessão para atuar no mercado, que nessa empresa é de 16 anos.

A taxa de capitalização dos lucros (item 8) foi 28,69% ao ano, e a taxa de retorno de um investimento de risco zero (item 9) usada é de 5,32% ao ano, conforme estipulações da ANEEL.

A taxa de desconto atribuído aos superlucros (item 10) foi calculada dividindo-se o valor de 100% por 16 anos – tempo de duração dos superlucros –, o valor encontrado é de 6,25% ao ano aproximadamente.

Lucro Líquido no momento ‘t’ decrescente (item 11) foi deduzido do valor do último lucro líquido à taxa de desconto referente ao ano (6,25%), o que teve como resultado 324.365,625 (em mil).

Foi considerado como patrimônio líquido a custos correntes (item 12), segundo

o entendimento do gestor da empresa, que afirma ser o próprio valor do patrimônio líquido informado no Balanço Patrimonial da companhia.

O ativo avaliado a custos correntes (item 13) é calculado com base nas informações cedidas pela empresa, por meio de um relatório de uma auditoria contratada a fim de quantificar o valor do imobilizado da empresa caso fosse necessário substituí-lo. Segundo o gestor, essa é uma exigência da Agência Nacional de Energia Elétrica, que usa o estudo nos cálculos de revisão tarifária anual. O valor do imobilizado reavaliado é somado aos demais grupos do ativo da empresa.

Valor residual do ativo (item 14) foi encontrado seguindo o exemplo do modelo de Negra e Pires *et al.* (2004), multiplicando o $RT \times j$ (resultado econômico produzido pelo ativo multiplicado pela taxa de capitalização dos lucros), resultando em R\$ 85.788,838 (em mil).

Foi considerado, neste estudo, como resultado econômico produzido pelo ativo (item 15), o resultado operacional da empresa.

O lucro projetado (item 16) é o lucro previsto pela própria empresa para o próximo exercício social, a findar em 31 de dezembro de 2008, cuja estimativa está em torno de R\$390.000 (em mil).

O patrimônio líquido (item 17) da empresa é o valor apresentado no Balanço Patrimonial da empresa em 31/12/2007.

Com base nos dados da tabela, prosseguiu-se com a operacionalização dos métodos.

3.1 *GOODWILL* ENCONTRADO COM BASE NO MÉTODO DE LAWRENCE R. DICKSEE

Com esse método, o resultado do *Goodwill* encontrado para a empresa em análise foi de R\$ 43.098.516,67 conforme demonstrado abaixo no Quadro 11 – Cálculo do Método de Lawrence R. Dicksee.

Quadro 11: Cálculo do Método de Lawrence R. Dicksee

CÁLCULO DO MÉTODO DE LAWRENCE R. DICKSEE

$$G = [(LL - RA) - (i * AT)] F$$

$$G = (345.990 - 3.600) - (0,0382 \times 4.192.546) \times 0,2365$$

$$\mathbf{G = 43.098.516,67}$$

Fonte: Dados da Pesquisa.

3.2 *GOODWILL* ENCONTRADO COM BASE NO MÉTODO DE NEW YORK

O método de New York resulta no valor de *Goodwill* de R\$ 27.448.838,67 conforme consta no Quadro 12.

Quadro 12: Cálculo do Método de New York
CÁLCULO DO MÉTODO DE NEW YORK

$G = [(LLm - RA) - (i * AT)] F$ $G = (279.818 - 3.600) - (0,0382 \times 4.192.546) \times 0,2365$ $G = 27.448.838,67$

Fonte: Dados da Pesquisa.

3.3 *GOODWILL* ENCONTRADO COM BASE NO MÉTODO DE HATFIELD

A partir do método de Hatfield, o valor do *Goodwill* companhia de energia elétrica é equivalente a R\$ - 2.999.133.661,21; cálculo demonstrado a seguir, no Quadro 13.

Quadro 13: Cálculo do Método de Hatfield
CÁLCULO DO MÉTODO DE HATFIELD

$G = \left[\frac{LL - RA}{j} \right] - AT$ $G = [(345.990 - 3.600 / 0,2869) - (4.192.546)]$ $G = -2.999.133.661,21$
--

Fonte: Dados da Pesquisa.

3.4 *GOODWILL* ENCONTRADO COM BASE NO MÉTODO DO VALOR ATUAL DOS SUPERLUCROS

Pelo método do valor atual dos superlucros, obtém-se o valor de R\$ 5.768.058,17

para o *goodwill* da empresa em análise. Os cálculos são demonstrados abaixo, conforme Quadro 14.

Quadro 14 – Cálculo do Método do Valor Atual dos Superlucros
CÁLCULO DO MÉTODO DO VALOR ATUAL DOS SUPERLUCROS

$G = \sum_{t=1}^K \frac{(LLt - RA - i^* AT)}{(1+r)^t}$ $G = \frac{(324.365,625 - 3.600) - (0,0382 \times 4.192.546)}{(1+0,0625)^{16}}$ <p>G = 5.768.058,17</p>

Fonte: Dados da Pesquisa.

3.5 *GOODWILL* ENCONTRADO COM BASE NO MÉTODO DE CUSTO DE REPOSIÇÃO OU CUSTO CORRENTE

O método do custo de reposição ou custo corrente é o que resulta no maior valor de *Goodwill* da empresa estudada, com o total de R\$ 1.466.046,696. Os cálculos são apresentados a seguir.

Quadro 15 - Cálculo do Método de Custo de Reposição ou Custo Corrente
CÁLCULO DO MÉTODO CUSTO DE REPOSIÇÃO OU CUSTO CORRENTE

$G = \sum_{t=1}^N \frac{LLt - PLcc}{(1+R)^t}$ $G = \sum_{t=1}^N \frac{324.365,625 + 1.453.363}{(1+0,0532)^{16}}$ <p>G = 1.466.046.696,00</p>

Fonte: Dados da Pesquisa.

3.6 *GOODWILL* ENCONTRADO COM BASE NO MÉTODO DO VALOR ECONÔMICO

O valor encontrado para o ativo econômico foi de R\$ 365.371.095,70, conforme próximo quadro.

Quadro 16 – Cálculo do Método do Valor Econômico

CÁLCULO DO MÉTODO DO VALOR ECONÔMICO	
$A_i = \frac{V_t}{(1+R)^t} + \sum_{t=1}^n \frac{R_t}{(1+R)^t}$	
$A_i = [85.788,838 / (1+0,0532)^1] + \sum_{t=1}^n [299.020 / (1+0,0532)^1]$	
A_i = 365.371.095,70	

Fonte: Dados da Pesquisa.

3.7 *GOODWILL* ENCONTRADO COM BASE NO MÉTODO DO VALOR DE REALIZAÇÃO

O *Goodwill* encontrado a partir do método do valor de realização é de R\$242.972.329,00, exposto no Quadro 17.

Quadro 17: Cálculo do Método do Valor de Realização

CÁLCULO DO MÉTODO DO VALOR DE REALIZAÇÃO	
$G = [(L_t - PL * R)] / (1 + j)$	
$G = \{[(390.000 - (1.453.363 \times 0,0532))] / (1 + 0,2869)\}$	
G = 242.972.329,00	

Fonte: Dados da Pesquisa.

3.8 *GOODWILL* ENCONTRADO COM BASE NO MÉTODO DO EXCESSO ECONÔMICO SOBRE O VALOR CORRENTE

O método do excesso econômico sobre o valor corrente resulta no Goodwill de R\$ - 4.174.605.343,00. A expressão desse método é apresentada no Quadro 18 – Cálculo do Método do Excesso Econômico sobre o Valor Corrente.

Quadro 18: Cálculo do Método do Excesso Econômico sobre o Valor Corrente
CÁLCULO DO MÉTODO DO EXCESSO SOBRE O VALOR CORRENTE

$G = \{ [(Vt / (1 + R)^t] + [(Rt / (1+R)^t - Acc] \}$ $G = [85.788,838 / (1+0,0532)^1] + [299.020 / (1+0,0532)^1 - 4.539.976,439$ $G = - 4.174.605.343,00 \text{ (em mil)}$

Fonte: Dados da Pesquisa.

3.9 RESUMO DOS RESULTADOS ENCONTRADOS COM OS MÉTODOS

Reunindo os resultados dos métodos de mensuração, foi criada a Tabela 5 onde são apresentados os valores obtidos de acordo com cada método para a mensuração do Intangível da empresa estudada.

TABELA 5: Resultados da Operacionalização dos Métodos

Métodos de Mensuração	Valor aproximado em R\$
Lawrence R. Dicksee	43.098.516,67
New York	27.448.838,67
Hatfield	-2.999.133.661,21
Valor Atual dos Superlucros	5.768.058,17
Custo de Reposição ou Custo Corrente	1.466.046.696,00
Valor Econômico	365.371.095,70
Valor de Realização	242.972.328,85
Excesso Sobre o Valor Corrente	-4.174.605.343,00

Tabela elaborada pela autora.

Pode-se perceber com a tabela acima que os resultados diferem muito um do outro, dificultando o emprego dos métodos como forma de mensuração do Intangível em uma dada empresa, pois cada método contempla uma determinada variável. É preciso considerar o fator de que cada empresa pode usar um método diferente, podendo distorcer o real valor da organização, provocando inclusive fortes influências no mercado e até na concorrência, mensurando por um valor muito maior do que outra empresa com características de mercado semelhante e de patrimônio físico próximo à

sua realidade.

Na aplicação dos métodos na empresa analisada, pode-se observar que os métodos mais antigos, como o de Lawrence R. Dicksee e de New York, são os mais simples quanto a obtenção das variáveis pelo gestor de uma empresa, mas estes não são os métodos que resultaram em maior valor no caso dessa empresa.

Quanto à elaboração dos métodos, eles ainda podem ser aplicados de forma equivocada, de acordo com o entendimento de cada gestor sobre cada variável empregada.

Como Sá (2008, p. 53) descreve que “Nem sempre a maior sofisticação ajuda tais apurações, pois clareza e exatidão são requisitos fundamentais em tais operações onde singeleza e eficácia são alvos a serem perseguidos”. O autor continua afirmando que “[a] tarefa requer conhecimentos razoáveis de Contabilidade e suplementarmente de: Administração, Técnicas de produção, Estatística, Economia e Direito de Empresa (Civil, Comercial, e Tributário, especialmente”. Com propriedade, Sá ainda acrescenta que falta padronização de nomenclatura e metodologia no trato dos Intangíveis.

Por outro lado, há algumas vantagens de se operacionalizar os métodos, entre elas está o fato de que a mensuração diminui a distorção entre o valor de mercado e o patrimonial de uma entidade, contribuindo na tomada de decisão quanto à compra ou à venda de uma empresa, atraindo investimentos.

Na obtenção dos resultados, houve dificuldade devido à falta de literatura abordando as incógnitas necessárias a cada método e devido à ausência de algumas informações por parte da empresa de energia elétrica estudada.

Enfim, a pesquisa permitiu algumas afirmações quanto à empresa em análise e aos métodos de mensuração, entre elas a de que ainda há muito para ser aprimorado na área dos Intangíveis e que as distorções podem ser substanciais.

3.10 OPINIÃO DA AUTORA EM RELAÇÃO AOS MÉTODOS

Apesar dos profissionais contábeis e os autores da área concordarem que a mensuração dos recursos Intangíveis é necessária para o melhor gerenciamento de uma organização, com o objetivo de se ter uma informação fidedigna da realidade empresarial, pouco se evoluiu para expressar os ativos incorpóreos em valores monetários dentro das Demonstrações Contábeis exigidas pelo fisco.

A literatura disponível a respeito é escassa e pouco contempla formas de mensuração dos Intangíveis financeiramente. O material literário que trata dos recursos Intangíveis, quando abordam a mensuração na vertente financeira, não expõe de que forma aplicar as fórmulas, como identificar as variáveis (incógnitas), em que condições uma dada organização deve optar por uma fórmula em detrimento de outra. Mesmo em artigos mais recentes que abrangem o tema e operacionalizam os métodos, não é divulgado como são obtidas as variáveis que compõem as fórmulas, que valores foram usados para alcançar o resultado do *Goodwill*, e, principalmente, os dados usados são fictícios, sem tomar como base uma realidade organizacional.

Considerando a escassez de material bibliográfico, a operacionalização dos métodos tornou-se tarefa árdua neste trabalho, inviabilizando generalizações a respeito dos métodos aplicados na empresa em análise.

A dificuldade de compreensão das variáveis envolvidas não se limitou apenas a esta acadêmica, mas estendeu-se a grandes profissionais contábeis e professores bem conceituados. Quando estes eram questionados, não se obtinha uma resposta única. Mesmo no setor da Contabilidade da empresa de energia elétrica conceitos eram confusos, sendo solicitadas informações em outras áreas da empresa, como relações com investidores e profissionais economistas.

Possivelmente, um profissional com bom entendimento em Matemática Avançada e em Economia terá menos dificuldades na obtenção do cálculo do *Goodwill*, sem gerar grandes discrepâncias entre eles.

Enfim, os métodos apresentam dificuldade de operacionalização, especialmente os métodos mais recentes, que abrangem mais variáveis, exigindo maior conhecimento do gestor acerca de cada variável que afeta a empresa.

Quando não há um modelo consagrado a ser seguido, surgem distorções, isto é, cada gestor poderá ter um entendimento sobre as variáveis envolvidas, podendo numa mesma empresa – quando mensurados por mais de um profissional/equipe – resultar em valores muito distintos um dos outros, mesmo quando aplicado um método único.

Além do entendimento pessoal do responsável pelo cálculo, há o fato de que a opção por um dos métodos privilegia uma variável ao invés de outra, modificando significativamente os valores do *Goodwill*.

Contudo, compreende-se a dificuldade da regulamentação da evidenciação contábil dos AIs, sem emitir uma opinião, seja favorável ou não, ao reconhecimento do *Goodwill* por meio da operacionalização dos métodos hoje conhecidos. O que se

pondera é que de fato o Intangível agrega valor à empresa, mas que ainda não existe um método único consagrado, que respeite princípios contábeis e que contemple o valor próximo do real em uma organização. Esta opinião encontra eco nos “achados” de Santos (2007, p. 56), no que diz respeito às “Principais recomendações sugeridas sobre o *Goodwill*”, ao analisar as publicações que focalizam o *goodwill* e recomendam o “Desenvolvimento de novos meios que permitam mensurar ou avaliar estes ativos” (Reis (2004); Schmidt, Santos, Gomes, Fernandes e Machado (2003); Abreu, Madeira e Silva (2004); Santos, Schmidt, Gomes, Pinheiro, Fernandes e Machado (2003); Alberto Serra Negra, Marinho Serra Negra, Pires, Filho, Lage e Coutinho (2004); Carneiro, Dias, Lima, Almeida, Cordeiro e Maia (2000); Menegat, Novello, e Neto (2004) *apud* SANTOS, 2007, p. 56).

4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O presente estudo foi baseado na operacionalização de oito métodos de mensuração de Ativos Intangíveis abordados por Santos *et al.* (2007) e Schmidt *et al.* (2008), e ainda no trabalho de Negra *et al.* (2004), muito semelhante ao objetivo aqui traçado.

Na elaboração deste trabalho de caráter exploratório, com fontes de dados primários e secundários, apreciou-se entre os recursos Intangíveis mais apresentados na literatura os referentes a: Gastos de Implantação, Marcas e Nomes de Produtos, Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes, Direitos Autorais, Franquias e Licenças. Como Intangível de destaque, observou-se o *Goodwill*.

Os métodos abordados e testados numa companhia de energia elétrica evidenciaram resultados diferentes em cada método utilizado. O menor valor encontrado para o Intangível dessa empresa específica foi negativo de 4 bilhões aproximadamente, expresso pelo *Método do Excesso Sobre o Valor Corrente*. Obteve-se a maior quantia monetária no emprego do *Método do Custo de Reposição*, em torno de R\$1 bilhão e meio (de acordo com a Tabela 5).

A discrepância nos valores encontrados, talvez se deva à característica tangível da empresa, na qual sua maior fonte geradora de riqueza são os bens tangíveis, contemplados nas fórmulas mais antigas. Na concessionária estudada, o maior valor encontrado foi no emprego do *Método do Custo de Reposição* que enfatiza os recursos tangíveis, o que não ocorre no *Método do Excesso sobre o Valor Corrente* de 1972.

Pode-se constatar com isso que os métodos são imprecisos, variando muito o valor, dependendo do modelo empregado, dificultando a operacionalização destes nas empresas por gerarem divergências de valores.

Por meio da presente pesquisa, constatou-se, ainda, a dificuldade de mensurar os valores dos Ativos Intangíveis, devido à falta de literatura a respeito da operacionalização dos métodos aqui expostos. A prática da mensuração entrava na ausência de padrões a respeito de cada variável integrante do cálculo para apurar o valor do AI, já que não foi encontrado neste estudo material que evidenciasse como obter cada variável envolvida podendo distorcer o resultado.

A ausência de informação sobre as variáveis deixa uma lacuna, em que cada gestor poderá ter um entendimento diferente em cada variável. Essa barreira é um fator

limitante desta pesquisa, coibindo generalizações a respeito dos métodos e deixando dúvida se é possível aplicá-los a qualquer ramo de atividade/empresa.

Quanto às vantagens da operacionalização dos métodos, destaca-se o fato de que a mensuração financeira diminui a distorção entre o valor de mercado e o valor patrimonial de uma dada empresa, auxilia em tomada de decisões quanto à venda da instituição ou de parte do ativo, funciona como atrativo de novos investimentos e novos investidores. Pode até contribuir na fidelização do cliente e no respaldo dos fornecedores, já que pode ser observada por eles uma imagem positiva da empresa e uma possível idoneidade. Aos investidores pode ser fator determinante num futuro investimento nessa organização ou numa futura compra dessa. Contudo, pontua-se que os Intangíveis podem ser uma das fontes de vantagem competitiva, podendo fazer a diferença necessária num mercado competitivo.

Como desvantagens da operacionalização de qualquer um dos métodos, estes podem não evidenciar a realidade empresarial, distorcendo informações, gerando falsa expectativa e tendenciando fatos no mercado empresarial. Além de que a escolha de uma das fórmulas privilegia algumas informações em detrimento de outras, não se conhecendo ainda qual delas é a que menos distancia a realidade vivida no âmbito do negócio.

Outro fator limitante desta pesquisa foi a não-divulgação de algumas informações indispensáveis na elaboração desta pesquisa nos relatórios publicados pela empresa pesquisada, o que demandou muito tempo para se chegar aos dados contidos na Tabela 4.

Como recomendação e extensão de pesquisa, sugere-se a aplicação desses métodos a outros ramos de atividades, como uma empresa comercial. Indica-se também, desconsiderar o lucro não operacional no emprego das fórmulas/métodos, uma vez que eles não respondem pela lucratividade real da empresa. Outra recomendação diz respeito à operacionalização dos métodos/fórmulas apresentadas no Quadro 2 com vistas a cotejar o resultado dos métodos/fórmulas abordados por Santos *et al.* (2007) e Schmidt *et al.* (2008) com os demais encontrados nas publicações brasileiras. Uma última recomendação seria a investigação dos métodos/fórmulas de mensuração/avaliação do *Goodwill*/Intangíveis nas publicações constantes no contexto internacional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; MARTINS, E. Capital Intelectual: Verdades e Mitos. **Revista Contabilidade & Finanças**. USP: São Paulo. n. 29, p. 41-54. maio/agosto. 2002.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; MARTINS, E. O Capital Intelectual Integra o Goodwill. Boletim IOB, Manual de Procedimentos, f. 9, São Paulo, fev/2008.

BIANCOLINO, César Augusto; ARAMAYO, Patrícia Desidério. *Goodwill & Impairment Test: Considerações sob a luz do US GAAP*. In: ENANPAD, 27., 2003, Atibaia. *Anais...* Atibaia: ANPAD, 2003. CD-ROM.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 11.638 de 28 de dezembro de 2008. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. *Diário Oficial [da] União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de dezembro de 2007. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L6404consol.htm>>. Acesso em 05/05/2008.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 11.604/76 de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. *Diário Oficial [da] União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 de dezembro de 1976. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L6404consol.htm>>. Acesso em 05/05/2008.

Boletim IOB, Manual de Procedimentos. *Goodwill* (Fundo de Comércio) – um campo fértil para o avanço da contabilidade. São Paulo, f. 10, mar/2008.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças Contábeis na Lei Societária**: Lei n 11.638 de 28-12-2008. 1ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**: para uso dos

estudantes universitários. 3ª ed. São Paulo: McGrawl – Hill do Brasil, 1983.

COLAUTO, Romualdo Douglas; NASCIMENTO, Paulo Savaget; AVELINO, Bruna Camargos; BISPO, Oscar Neto de Almeida. Evidenciação de Ativos Intangíveis Não-Adquiridos nos Relatórios da Administração das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa. In: ENANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. CD-ROM.

DALMÁCIO, Flávio Zóboli; REZENDE, Amaury José; LIMA, Emanuel Marcos; MARTINS, Eliseu. **A relevância do ativo diferido e do *Goodwill* no processo de avaliação das empresas brasileiras.** In: USP, 7., 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2007. CD-ROM.

EDWINSSON, L; MALONE, M. **Capital Intelectual.** São Paulo: Makron Books, 1997.

FIETZ, Édina Elisangela Zellmer; SCARPIN, Jorge Eduardo. **Estudo do grau de intangibilidade por meio das demonstrações contábeis:** uma análise das empresas S/A de capital aberto constantes do índice Ibrx - índice brasil. In: USP, 8., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2008. CD-ROM.

FRANÇA & VASCONCELLOS. **Manual Para Normalização:** de publicações técnico-científicas. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

FREZATTI, Fábio; AGUIAR, Andson Braga de; GUERREIRO, Reinaldo. **Diferenciações entre a Contabilidade Financeira e a Contabilidade Gerencial:** Uma Pesquisa Empírica a partir de pesquisadores de Vários Países. In: ENANPAD, 30., 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPAD, 2006. CD-ROM.

GALLON, Alessandra Vasconcellos; SOUZA, Flávia Cruz de; ROVER, Suliani; ENSSLIN, Sandra Rolim. Um estudo reflexivo da produção científica em capital intelectual. **Revista de Administração Mackenzie (RAM).** São Paulo. V.9, n. 4, edição especial, p. 142-172. 2008.

GALLON, Alessandra Vasconcelos; NASCIMENTO, Sabrina do, ENSSLIN, Sandra Rolim; REINA, Donizete. Estudo Epistemológico da Produção Científica sobre as Perspectivas Contábil e Econômica do Capital Intelectual Realizada no Brasil. In: ENANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. CD-ROM.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOODWINA, John, AHMEDB, Kamran. Longitudinal value relevance of earnings and intangible assets: Evidence from Australian firms. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**. N. 15, p. 72–91, 2006.

HENDRIKSEN, Eldon S; BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Fundo de Comércio Goodwill em:** apuração de haveres, balanço patrimonial, dano emergente, lucro cessante, locação não residencial. Curitiba: Juruá Editora, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade:** para o nível de graduação. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade:** para o nível de graduação. São Paulo: Atlas, 2007. 4ª Ed.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações:** aplicável às demais sociedades. São Paulo, Atlas S.A, 2007. 7ª Ed.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações:** aplicável às demais sociedades – suplemento. São Paulo, Atlas S.A, 2008.

JENKINS, David S.; KANE, Gregory D. A Contextual Analysis of Income and Asset-Based Approaches to Private Equity Valuation. **Accounting Horizons**. Vol. 20, No. 1, p. 19-35, March 2006.

KAYO, Eduardo Kazuo; KIMURA, Herbert; BASSO, Leonardo Fernando Cruz; KRAUTER, Elizabeth. Os fatores determinantes da intangibilidade. **Revista de Administração Mackenzie (RAM)**. São Paulo. V. 7, n. 3, p. 112-130, 2006.

KIM, Minchoul; KIM, Minho. A Note on the Determinants of the Outcomes of Bankruptcy Petitions: Evidence From Korea. **Journal of Business Finance & Accounting**, 26(7) & (8), Sept./Oct. 1999.

LUNKES, Rogério João. **Contabilidade Gerencial: um enfoque na tomada de decisão**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

MACIAS-CHAPULA, C.A. O papel da informetria e da ciênciometria e sua perspectiva nacional e internacional. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 1998. 8ª edição.

NEGRA, Carlo Alberto Serra *et al.* Discussão, Mensuração e Avaliação do *Goodwill*: Da Questão Teórica à Prática Empresarial. Santos, 2004. Disponível em: <http://www.peritoscontabeis.com.Br/trabalhos/goodwill_-cladea_e_17cbc.pdf>. Acesso em 12/05/2008.

PEREZ, Marcelo Monteiro; FAMÁ, Rubens. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo, n. 40, p. 7-24, Jan./Abr. 2006.

RODRIGUES, Fernanda Fernandes; GONÇALVES, Rodrigo de Souza. Problemas no Teste de *Impairment* dos Ativos Intangíveis: O Caso de uma Empresa de Telecomunicações Brasileira. In: ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de

Janeiro: ANPAD, 2007. CD-ROM.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundo de Comércio – Avaliação de Capital e Ativo Intangível:** doutrina e prática. Curitiba: Juruá Editora, 2008.

SANTOS, Maike Cabral dos. *GOODWILL: uma análise a partir dos artigos publicados nos principais congressos nacionais de contabilidade no período de 2000 a 2006.* Monografia do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2007.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo, FERNANDES, Luciane Alves; MACHADO, Nilson Perinazzo. **Teoria da Contabilidade:** introdutória, intermediária e avançada. São Paulo: Atlas S.A, 2007.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves; GOMES, José Mário Matsumurra; MACHADO; Nilson Perinazzo. Modelo residual de mensuração de ativos intangíveis. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 2, n. 1, p. 17-36, maio - ago., 2008.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **Avaliação de Ativos Intangíveis.** São Paulo: Atlas S.A., 2002.

SCHNORRENBERGER, Darci. **Identificando e avaliando os Ativos Tangíveis e Intangíveis de uma organização visando seu gerenciamento:** uma ilustração na área econômico-financeira. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação da Engenharia de Produção – Florianópolis, 2005.

SILVA, Ricardo da; BILICH, Feruccio; GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro. Avaliação, Mensuração e Otimização de Ativos Intangíveis. In: ENANPAD, 26., 2002, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPAD, 2002. CD-ROM.

SILVA, Silvio José Moura e ROBLES JUNIO, Antonio. Os ativos intangíveis e sua influência no valor econômico e de mercado da empresa. In: ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. CD-ROM.

STEWART, Thomas A.; **Capital Intelectual:** a nova vantagem competitiva das empresas. Rio de Janeiro: Campus, 1998.